



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE  
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

## Trabalho de Conclusão

# CONHECER PARA RESISTIR:

## Ações educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa para proposições de Geração de Renda

Ludmila Regina Vale da Conceição, Assistente Social, Profissional Residente AU+E/UFBA

Prof<sup>a</sup>. Dra. Elisamara de Oliveira Emiliano, Tutora

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA  
Dezembro de 2018

## **CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

### **Autoria:**

Ludmila Regina Vale da Conceição, Assistente Social, Profissional Residente AU+E/UFBA  
Profª. Dra. Elisamara de Oliveira Emiliano (Tutora)

### **Colaboração:**

Profª. Dra. Thaís Troncon Rosa  
Prof. Ms. Daniel Marostegan e Carneiro  
Prof. Dr. Luiz Roberto Santos Moraes  
Rodrigo Machado Carvalho  
Taiana de Cerqueira Moreira  
Vanessa Dantas  
Larissa Moraes (Estagiária)  
Leonardo Stanziola (Bolsista PaexDOC)  
Gabriela (Bolsista PaexDOC)  
Mestranda Carina de Santana Alves

### **Apoio:**

Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB)

## **SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**Data:** 12 de novembro de 2018

**Local:** Residência AU+E - Faculdade de Arquitetura/UFBA

**Residente:** Ludmila Regina Vale da Conceição, Assistente Social, Profissional Residente AU+E/UFBA

**Título:** CONHECER PARA RESISTIR: Ações Educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa para proposições de Geração de Renda

### **Membros da Banca:**

**Tutor(a)** - Elisamara de Oliveira Emiliano

**Membro Interno:** Luiz Roberto Santos Moraes

**Membro Externo:** Thaís de Miranda Rebouças

### **Representantes da Comunidade:**

Maria Lucianne Lobato Ferreira (Lôra), liderança da Ocupação Guerreira Maria Felipa e coordenadora estadual do MSTB

### **Representantes institucionais:**

Wagner Moreira Campos, Bacharel em Direito, Doutorando em Arquitetura e Urbanismo - Coordenador do IDEAS - Assessoria Popular

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado da assistência técnica, desenvolvida nos anos de 2017 e 2018, como atuação prática que constitui o Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade – Residência AU+E/UFBA em sua terceira turma. A Assistência Técnica dentro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se constitui por meio da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada em 2011 como pós-graduação *lato sensu*. A residência em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade foi inspirada nas residências existentes e já consolidadas na área de saúde e teve como objetivo pôr em prática a Lei de Assistência Técnica, nº 11.888/2008. O trabalho de assistência técnica foi desenvolvido de forma participativa junto aos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa, no Bairro Jardim das Margaridas na cidade de Salvador-BA pela equipe de residentes profissionais, composta por 1 engenheira ambiental, 1 assistente social, 1 urbanista e 2 arquitetos urbanistas, sob orientação dos professores tutores da Residência AU+E/UFBA, com apoio do Movimento dos Sem Teto da Bahia. A proposta a seguir apresentada, tem como objetivo a articulação da educação com o direito à cidade, onde o território do bairro seja compreendido com um espaço de aprendizagem, como elemento pedagógico, contribuindo para a discussão sobre as problemáticas do bairro e as possibilidades de resolução, exercitando o direito à cidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este trabalho aos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa que me possibilitou a realizar esse trabalho a partir das experiências trocadas e vivências dentro da Ocupação.

Agradeço a minha comadre Tiara Melo que me deu apoio e incentivo desde o processo seletivo para acessar a residência. Aos colegas de turma por dividirem as angústias e multiplicarem as alegrias e conquistas.

Agradeço aos meus professores Daniel Marostegan e Thaís Rosa por acreditar no trabalho realizado e pela orientação oferecida a toda equipe .

A minha tutora, Elisamara Emiliano, pela orientação e pelas palavras de força me dizendo que era possível.

E em especial aos meus colegas de equipe que se tornaram meus amigos e por todo apoio, carinho e dedicação na construção desse trabalho!

## RESUMO

O presente trabalho é o resultado da assistência técnica, desenvolvida nos anos de 2017 e 2018, como atuação prática que constitui o Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade – Residência AU+E/UFBA em sua terceira turma. Teve por objetivo promover a formação e capacitação dos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos conforme preconiza a CF/1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na Lei nº 11.888/2008. A Ocupação faz parte do núcleo Força e Luta do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), e fica localizada no bairro Jardim das Margaridas em Salvador, um bairro que se tornou zona urbana de Salvador a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) lei nº 7.400/2008. A equipe de trabalho composta por Engenheira Ambiental e Sanitarista, Assistente Social, Arquiteto Urbanista, Urbanista e Arquiteta Urbanista, agiu na Ocupação Guerreira Maria Felipa a partir de demandas apresentadas pelos moradores em um eixo coletivo, a Educação Não-Formal, subdividido em cinco individuais abraçados por cada residente, respectivamente, Saneamento Ambiental, Geração de trabalho e Renda, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Espaços Comuns. Este trabalho trata inicialmente dos aspectos trabalhados coletivamente, para em seguida abordar diagnósticos, objetivos e propostas do eixo geração de trabalho e renda. A metodologia fundamentou-se na participação comunitária, as principais atividades foram a elaboração do diagnóstico por meio de levantamento de dados primários, visitas de campo, oficinas, ações educativas, assim como, atividades lúdicas e práticas. A proposta de intervenção visa contemplar trabalhadores autônomos interessados em participar do espaço de formação a fim de potencializar as atividades desenvolvidas na Ocupação como forma de administrarem melhor o seu próprio negócio. Estes são divididos em vendedores, pedreiros e ajudantes, costureiras, artesãos, motoristas, jardineiro e catadores de resíduos recicláveis. Alguns deles exercem a função em ponto comercial dentro das suas casas a exemplo: bares, comércios gênero alimentícios e mercearias.

**Palavras-chave:** Educação, Assistência Técnica, Movimento dos Sem Teto da Bahia, Participação, Geração de trabalho e renda.

## **ABSTRACT**

The present work is the result of technical assistance, developed in the years 2017 and 2018, as a practical action that constitutes the Specialization Course in Technical Assistance for Housing and the Right to the City - Residence AU + E / UFBA in its third class. The objective was to promote the training and qualification of the dwellers of the Warrior Maria Felipa Occupation, in order to develop individual and collective autonomy, aiming at broadening and guaranteeing social and urban rights as recommended by Federal Constitution of 1988 and Statute of the City (Law No. 10,257/2001), through interdisciplinary technical assistance as prescribed in Law No. 11888/2008. The Occupation is part of the core Strength and Struggle of the Homeless Movement of Bahia (MSTB) and is located in the neighborhood Jardim das Margaridas in Salvador, a neighborhood that became part of the urban zone of Salvador in the Urban Development Master Plan (PDDU) Law No. 7,400/2008. The work team composed of an Environmental and Sanitary Engineer, a Social Worker, an Urbanist Architect, an Urbanist and an Urbanistic Architect, acted in the Warrior Maria Felipa Occupation based on demands presented by the residents in a collective axis, Non-Formal Education, subdivided into five individual axis embraced by each resident, respectively, Environmental Sanitation, Generation of Work and Income, Land Regularization, Urban Issues and Common Spaces. This paper initially deals with aspects that have been worked on collectively, and then discusses diagnoses, objectives, and proposals of the Generation of Work and Income axis. The methodology was based on community participation, the main activities were the elaboration of the diagnosis through primary data collection, field visits, workshops, educational actions, as well as ludic and practical activities. The intervention proposal aims to include self-employed workers interested in participating in the space for training in order to enhance the activities developed in the Occupation as a way to better manage their own business. These are divided into sellers, bricklayer, seamstresses, artisans, drivers, gardeners and recyclable waste collectors. Some of them carry out the function in a commercial point within their houses for example: bars, snack stores and grocery stores.

**Key words:** Education, Technical Assistance, Movement of the Homeless of Bahia, Participation, Generation of Work and Income.

## **LISTA DE SIGLAS**

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
BNH - Banco Nacional da Habitação  
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial  
CEO - Centro de Especialidades Odontológicas  
CIA - Centro Industrial de Aratu  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
CSM - Centro de Saúde Mental  
CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DPU Bartlett Development Planning Unit da Universidade de Londres  
EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia  
EJA - Educação para Jovens e Adultos  
EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador  
FABS - Federação das Associações de Bairros de Salvador  
FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia  
HIS - Habitação de Interesse Social  
IAPI - Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria  
IDEAS Assessoria Popular - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais  
LBD - Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MDF - Movimento de Defesa dos Favelados  
MEI - Microempreendedor Individual  
MP-BA - Ministério Público do Estado da Bahia  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia  
MSTS - Movimento dos Sem Teto de Salvador  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAC-UAP - Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização de Assentamentos Precários  
PaexDOC - Programa de Apoio à Extensão Docente  
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador  
PEDRMS - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador  
PIB - Produto Interno Bruto  
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida  
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios



PNH - Plano Nacional de Habitação

PROEJA - Programa de Educação Jovens e Adultos

PROSUB - Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio

RAU+E - Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e afins

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFBA - Universidade Federal da Bahia

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entrada do Casarão da Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	21
Figura 2 - Croqui da implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	22
Figura 3 - Cemitério Clandestino noticiado em Jornais .....	23
Figura 4 - Mapa de Localização da Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	27
Figura 5 - Moradores na Oficina do Mapeamento .....	29
Figura 6 - Panfleto deixado na casa dos moradores que não foram encontrados para realização do Cadastro Socioeconômico (contatos dos residentes foram suprimidos) .....	30
Figura 7 - Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	31
Figura 8 - Visão frontal do Casarão.....	31
Figura 9 - Pequeno Anexo, com previsão para posto de saúde.....	32
Figura 10 - Gráfico de moradores por idade e gênero .....	33
Figura 11 - Gráfico Escolaridade da população da Guerreira Maria Felipa.....	35
Figura 12 - Realização do Cadastro Socioeconômico.....	38
Figura 13 - Moradias da Ocupação Guerreira Maria Felipa por tipo de Uso .....	39
Figura 14 - Infográfico moradores que pararam de estudar por motivo e gênero .....	41
Figura 15 - Panfleto utilizado para divulgar a Oficina da Cartografia na Ocupação ..	49
Figura 16 - Símbolos utilizados para representar as questões propostas na Oficina de Cartografia.....	50
Figura 17 - Mapa ilustrativo da configuração espacial da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	50
Figura 18 - Aproximação de moradores com o mapa .....	51
Figura 19 - Mesa com grupo das questões relacionadas à saneamento trabalho e renda .....	51
Figura 20 - Marcações feita sobre o papel manteiga na Oficina da Cartografia .....	52
Figura 21 - Itens da Cesta Básica segundo o DIEESE por região .....	53
Figura 22 - Tabela construída com os moradores com base na tabela do DIEESE ..	54
Figura 23 - Oficina Moradia é só Casa?.....	55
Figura 24 - Materiais usados na Oficina O que queremos para o Casarão?.....	57
Figura 25 - Mapa dos Desejos .....	58
Figura 26 - Moradores na Ação Educativa de Saneamento .....	59
Figura 27 - Resultados da Ação Educativa de Saneamento .....	60
Figura 28 - Ação Educativa Espaços Comuns .....	61
Figura 29 - Ação Educativa Regularização Fundiária .....	62
Figura 30 - Ação Educativa Questões Urbanas .....	64
Figura 31 - Ação Educativa Geração de Renda .....	67
Figura 32 - Banda do Circuito Cultural Música .....	70
Figura 33 - Lateral do Casarão com citação de moradora da Ocupação .....	71
Figura 34 - Imagem da animação Consciente Coletivo Instituto Akatu .....	72
Figura 35 - Exibição do filme no Circuito Cultural Cinema .....	73
Figura 36 - Separação de pneus para construção do Mão na Massa .....	75
Figura 37 - Crianças participando da construção do Mão na Massa.....	75
Figura 38 - Construção do Mão na Massa .....	76
Figura 39 - Finalização da construção Mão na Massa .....	76
Figura 40 - Atividade para crianças realizada em frente ao Casarão.....	78
Figura 41 - Cronograma de atividades na Ocupação Guerreira Maria Felipa em 2019 .....	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Responsável pelo lar por gênero e número de moradores por casa.....	34
Tabela 2 - Cor de pele dos moradores.....	34
Tabela 3 - Moradores que sabem ler e escrever na Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	36
Tabela 4 - Moradores que estudam ou não estudam por faixa etária na Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	36
Quadro 1 - Data inicial e final prevista para execução da proposta .....	80
Quadro 2 - Quadro de equipe para desenvolvimento do projeto.....	84

**Identificação da Ocupação**

Ocupação Guerreira Maria Felipa

**Nome do bairro e localidade**

Jardim das Margaridas, Salvador - Bahia

**Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s), Personalidade Jurídica, cópia de inscrição**

MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia; IDEAS Assessoria Popular - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais; CNPJ: 27.357.478/0001-20; Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - Departamento de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica.

**Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog da(s) Associação(ções)**

IDEAS Assessoria Popular - Ladeira dos Barris, nº145, Barris, Salvador, Bahia. CEP 40070310, Brasil. Telefone de contato: (71) 93654762 / (71) 87745053

**Nome e função do representante legal, cópia da identidade, ata de indicação e principais lideranças para contato**

Wagner Moreira Campos: Coordenador Estadual do MSTB, Bacharel em Direito, Representante do MSTB e do IDEAS

Maria Lucienne Lobato Ferreira (Lora): Coordenadora Estadual do MSTB e da Ocupação Guerreira Maria Felipa.

Iuri Falcão Xavier Mota: Advogado, Representante do IDEAS e Assessor Jurídico de Movimentos Sociais.

## **Sumário**

1. INTRODUÇÃO	15
2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA	19
3. IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO	20
3.1. HISTÓRICO	20
3.2. APROXIMAÇÃO	25
3.3. DIAGNÓSTICO GERAL	27
3.3.1. DIAGNÓSTICO NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL	37
4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	43
4.1. NO ÂMBITO DA PROPOSTA COLETIVA	43
4.1.1. OBJETIVO	43
4.1.2. JUSTIFICATIVA	43
4.2. NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL	44
4.2.1. OBJETIVO	44
4.2.2. JUSTIFICATIVA	44
5. AÇÕES NO TERRITÓRIO	47
5.1. OFICINAS	48
5.1.1. Oficina - Cartografia	48
5.1.2. Oficina - Moradia é só casa?	52
5.1.3. Oficina O que Queremos para o Casarão?	56
5.1.4. Ações Educativas - Vamos Pensar juntos?	57
a) Ação Educativa Saneamento	59
b) Ação Educativa Espaços Comuns	61
c) Ação Educativa Regularização Fundiária	62
d) Ação Educativa Questões Urbanas	64
e) Ação Educativa Geração de Renda e Trabalho	67
5.1.5. Circuito Cultural	69
a) Música	69
b) Cinema	72
5.1.6. Mão na Massa	73
a) Construção de Espaço de Lazer e Convivência	74
5.1.7. Outras ações	77
5.1.8. Questões relacionadas às crianças	77
5.1.9. Ações previstas	79
6. PROPOSIÇÕES RELATIVAS A TRABALHO E RENDA	79
6.1. Data inicial e data final previstas	80
6.2. Descrição das atividades	80
	13

6.3. Resultados Imediatos	81
6.4. Meios de Verificação	81
6.5. Executores/as	81
6.6. Colaboradores/as	81
6.7. Beneficiários diretos	82
6.8. Monitoramento	82
6.9. Avaliação	82
7. CRONOGRAMA/ORÇAMENTO	83
Referências	85

## 1. INTRODUÇÃO

A moradia no Brasil e em Salvador perpassa a concretização do direito humano à moradia. O direito à moradia, segundo Silva (2006) *apud* Rangel e Silva (2009), pode ser entendido como “ocupar um lugar como residência; ocupar uma casa, apartamento etc., para nele habitar e residir com animus de permanência<sup>1</sup>, na condição de recôndito para abrigar a família”. O direito à moradia faz parte da Convenção Internacional dos Direitos Humanos de 1948, no seu artigo 25. Ele também foi incluído no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 no capítulo II que trata dos direitos sociais e posteriormente no Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/2001. O Estatuto inclui o direito à moradia como uma das diretrizes a cidades sustentáveis<sup>2</sup>, associando-o ao “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” em seu artigo 2º.

Entretanto este só ocorre quando existe o direito à cidade e se reflete sobre a integração das classes sociais consideradas marginalizadas e/ou excluídas da sociedade, consideradas frutos do crescimento econômico. Para Lefebvre, a concepção do direito à cidade não é um direito apenas de visitar os centros de cidades históricas, ou de o trabalhador passar o dia na cidade da qual foi expulso: trata-se de um direito à vida urbana transformada e renovada. O direito à cidade aponta para o fim das segregações, a reconquista da cidade pelas classes e grupos minoritários dela excluídos (LEFEBVRE, 2001). Nesse contexto, compreende-se que o direito de morar está diretamente ligado a utilizar e participar da produção das cidades de maneira mais justa, inclusivas, democráticas e sustentáveis, bem como os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais estão incluídos no direito à cidade e garantem a promoção dos direitos humanos. (AMANAJÁS; KLUG, 2018)

Contudo, existe a décadas uma grande demanda da classe trabalhadora por moradia com boa localização e infraestrutura no Brasil. Nesse contexto, tem sido efetivadas políticas habitacionais que estão desconectadas das reais necessidades da população e que valorizam o aumento do produto interno bruto (PIB), da renda e do emprego para efetuarem a construção da cidade de maneira legal e formal. O problema fundamental na cidade capitalista é que a moradia e o solo urbano são tratados como mercadorias e, portanto, são bens comercializáveis. Por essa razão, o acesso à moradia e ao solo urbano passam a ser mediados pelas regras que definem o acesso e o uso da propriedade privada. E como

---

<sup>1</sup> Entende-se aqui animus de permanência como sendo a intenção de permanecer.

<sup>2</sup> “direito à moradia, ao saneamento básico, ao transporte e os serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para todas as gerações” (BRASIL, 2001, art. 2o, inciso I)

qualquer mercadoria no capitalismo, a moradia e o solo urbano têm valor de uso e valor de troca (LEFEBVRE, 2001).

Apesar do que é previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade, no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), no Plano Nacional de Habitação (PNH) e nos planos estaduais e locais de habitação de interesse social, que estabelecem orientações e buscam regularizar todas as formas de ilegalidade no que se refere à utilização e à ocupação do solo nos municípios. Claramente, identifica-se o aumento dos assentamentos irregulares, revelando que as iniciativas do Poder Público no cumprimento das leis que corroboram com a inclusão socioespacial, bem como a gestão das cidades de forma democrática não foram suficientes para solucionar a problemática habitacional (BRASIL, 2008).

De fato, enquanto as políticas habitacionais voltadas para Habitação de Interesse Social (HIS), forem utilizadas como mecanismos facilitadores para a reprodução do capital, não será possível a efetivação do direito humano à moradia no País. Os programas vêm sendo utilizados pelo governo federal como um instrumento voltado para a acumulação urbana, - como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – quando se apropriam de parcelas significativas dos recursos públicos destinados às políticas habitacionais, que contribuíram para aumentar as dificuldades para a execução do direito à cidade (BRASIL, 2010).

Se olharmos para a história, veremos que a cidade de Salvador no século XVI, foi a última no modelo medieval fundada fora da Europa e é atualmente uma das maiores cidades do Brasil e da América Latina. De fato, terceira metrópole em número populacional e extensão urbana do País, ficando atrás apenas das metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Uma cidade de extrema importância na história do Brasil, foi por dois séculos a capital da colônia portuguesa, sendo o centro político e administrativo. Seu porto marítimo foi nos dois primeiros séculos da Idade Moderna o mais importante do hemisfério Sul em trânsito de navios e fluxo de mercadorias. Porém, depois da mudança da capital portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro em meados do século XVIII, a cidade baiana entra em declínio econômico, seguido por uma diminuição no comércio da cana-de-açúcar, que passa por alterações do segmento econômico para a mineração e posteriormente, no século XIX, ao cultivo do café. Nas primeiras décadas do século XXI, a cidade de Salvador continua com a economia sem expressão no cenário nacional (BRASIL, 2010).

O Estado da Bahia, a partir de meados do século XX, inicia o desenvolvimento dos processos de industrialização e, conseqüentemente, o seu crescimento econômico, isso se



dá principalmente em Salvador e em seguida nas cidades que hoje compõem a sua região metropolitana. A cidade de Salvador começa a crescer sem o acompanhamento de uma política de planejamento que conseguisse conter o rápido crescimento demográfico, associado a uma crise financeira, ao aumento dos custos da terra urbana e a ausência de programas públicos de habitação voltados aos cidadãos de renda mais baixa, a consequência foi a rapidez do aparecimento das ocupações informais<sup>3</sup> e de um déficit habitacional que ainda persiste.

De acordo com Barreto (2011), as primeiras “invasões” de Salvador surgiram nos anos 1940, chamadas assim, pois na época o termo era utilizado para os assentamentos, que eram considerados casos de polícia e seus ocupantes tratados como vândalos e marginais. São elas Corta Braço, hoje conhecida como Pero Vaz, Gengibirra que se tornou Vila Conceição e a Vila Rui Barbosa ou Alagados. Essas “invasões” eram vestígios de uma cidade agrícola e algumas se originaram de cortiços e mocambos. Este era um período em que a legislação urbanística era calcada na higiene, na aparência e no conforto ambiental fazendo com que apenas a cidade formal fosse validada pelo Poder Público. Considerando isto, no ano de 1942 houve o avanço na execução de um importante instrumento de gestão e planejamento, o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), que mesmo tendo contribuído para o planejamento urbano da Cidade, não foi largamente empregado, pois inexistiam condições materiais mínimas para fazê-lo (BARRETO, 2012; SAMPAIO, 2015).

Grandes transformações ocorreram nas décadas de 1950 e 1960 tanto no âmbito nacional, quanto regional e local, como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Petrobrás, do Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria (IAPI), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Centro Industrial de Aratu (CIA). Principalmente este último, gerou a abertura de vias, migrações de populações do interior para Salvador e expansão do fluxo urbano, com ênfase no uso do automóvel.

Houve uma ampliação da procura habitacional, porém os programas habitacionais da época eram massivamente voltados para famílias com renda mensal entre 3 e 5 salários mínimos, deixando aqueles com renda menor desprovidos do acesso ao mercado imobiliário formal. As “invasões” se espalharam pela orla marítima da Cidade, chegando às áreas mais ricas.

---

<sup>3</sup> Aqui entendemos Ocupações informais por Construções predominantemente autoconstruídas e precárias, feitas fora da legislação urbanística e edilícia, em áreas públicas ou particulares de terceiros, com precariedade de infraestrutura, por famílias de baixa renda. É a forma que essas famílias encontram para terem acesso à Terra urbana e construir suas moradias, já que não conseguem ser absorvidas pelo mercado imobiliário formal.

O Poder Público, a partir dos anos 1970, passou a flexibilizar suas ações com relação às “invasões”, deixando de expulsar as famílias para tentar agir fiscalizando e reassentando-as, porém, essa iniciativa não teve sucesso. A partir desse período, o termo utilizado para esse tipo de habitação passa a ser ocupação, que corresponde ao assentamento para fins de moradia, geralmente espontânea e gradativa, em que a edificação antecede a definição dos lotes e que foi adotado ao tratar desse tipo de assentamento neste trabalho (BARRETO, 2011).

O processo de planejamento iniciado pelo EPUCS, em 1978, foi dado continuidade com a instauração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB), ambos instrumentos de planejamento que incorporaram o uso de modelos urbanísticos espaciais voltados para a ocupação e para a circulação na Cidade. Entretanto, a execução destes dois instrumentos de gestão e planejamento urbano: EPUCS e PLANDURB, foi quase nula e não evitou os problemas urbanos de Salvador, que continuaram a se expandir. Os aspectos ligados à habitação popular se destacavam entre as principais demandas da gestão política (BRASIL, 2008).

Principalmente o Subúrbio Ferroviário, que aumentou progressivamente seu número populacional nas três últimas décadas do século XX, novas tipologias e arranjos habitacionais começavam a surgir e a adensar-se. A geografia do relevo acidentado da cidade de Salvador, inclusive na Falha Geológica que divide a Cidade entre alta e baixa, não foi empecilho para os que precisavam de moradia. Morros, encostas, tabuleiros e até mesmo o mar da Baía de Todos os Santos começaram a ser ocupados pela população de baixa renda, que cada vez mais se mostrava necessitada por moradia, independentemente da localização do espaço (BRASIL, 2010).

A partir de 1980, tem-se o início da consolidação das ocupações na Cidade, período em que os movimentos de luta pela moradia se mostraram mais presentes. A luta era pela legalização dos lotes, pelo Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), pela Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e em seguida pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) (BARRETO, 2011).

O movimento, originalmente chamado de Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) com início em 2003, era formado por famílias que ocupavam terrenos, prédios e galpões abandonados como meio de garantir o direito à moradia. O Movimento era caracterizado por famílias que não possuíam condições de pagar aluguel, que moravam de favor ou estavam em situação de rua. Houve uma grande adesão ao Movimento por consequência da falta de políticas públicas que atendessem ao déficit habitacional de mais de 150 mil unidades

habitacionais. Em 2005, quando já possuía aproximadamente 25 mil cadastrados, foi discutida a questão dos Sem Teto no seu primeiro Congresso que já se consolidava no interior do estado, tendo a mudança de nome aprovada para Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) (MIRANDA, 2008).

Mesmo com as produções habitacionais no período do PMCMV, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do IBGE divulgou em 2015 que o déficit habitacional era de pouco mais de 130 mil domicílios. A questão não foi sanada em Salvador e só tende a piorar com o alto índice de desemprego que de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) se mantém acima dos 20% desde fevereiro de 2016. Considerando isto, a situação da falta de moradia tende a ser intensificada nos próximos anos, corroborando a importância do fortalecimento dos movimentos sociais que lutam por moradia que deve se ampliar para além do espaço físico da casa para equipamentos e infraestrutura que garantam uma melhor condição de vida a essas famílias.

A formação espacial de uma cidade está relacionada com as contradições sociais e as soluções encontradas para resolvê-las ao longo de sua evolução. Neste sentido “a cidade é a expressão viva do modo de ser do seu povo, da sua cultura, da ordem social, das desigualdades sociais de sua população” (ESPINHEIRA, 2002, p.32). Como considera Boaventura de Sousa Santos, a “*questão urbana* é um dos afloramentos, ao nível da superfície, das contradições que se produzem na estrutura mais profunda das sociedades capitalistas” (SANTOS, 1982, p. 67-68). Isto posto, Alfonsin (2006) apud Araújo e Fernandes (2010), considera que o Estado é um dos principais agentes no processo de formação espacial da cidade, que apesar da existência de leis que deem suporte à função social da propriedade, as políticas públicas para sua implementação costumam não existir ou serem ineficientes.

## **2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A Assistência Técnica dentro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se constitui por meio da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada em 2011 como pós-graduação *lato sensu*. A residência em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade foi inspirada nas residências existentes e já consolidadas na área de saúde e teve como objetivo pôr em prática a Lei de Assistência Técnica, nº 11.888/2008.

Agora na 3ª edição, a equipe formada por 1 engenheira ambiental, 1 assistente social, 1 urbanista e 2 arquitetos urbanistas, iniciou o trabalho na Ocupação Guerreira Maria Felipa,

em novembro de 2017. Desde então diversos desafios têm sido enfrentados pela equipe. Um dos principais, é compreender a linha entre Assistência Técnica e Assistencialismo. Enquanto o primeiro visa a elaboração de projetos participativos para que os cidadãos possam alcançar a inclusão urbana, o segundo é uma prática individual, em forma de ajuda que sana as necessidades emergenciais dos indivíduos, mas não transforma sua realidade social.

As famílias de baixa renda têm acesso mais comumente com práticas assistencialistas, onde quase sempre são sujeitos passivos das relações, apenas recebendo ajudas e doações. Este processo dificulta o desenvolvimento do trabalho de Assistência Técnica, no que se refere a participação dos moradores de forma ativa, a mobilização, a organização de maneira autônoma e o compromisso na execução prática do que é proposto coletivamente entre moradores e residentes. A compreensão do que é a Assistência Técnica têm sido trabalhada, tanto por parte dos profissionais em processo de especialização, na aplicação em campo dos conhecimentos adquiridos, quanto pelos moradores que precisam entender que o processo possui um prazo maior de realização e que não possui resultados imediatos.

A ideia do título, Conhecer para Resistir, surge do fato de que o conhecimento é uma importante parte do processo de resistência. Os moradores da Ocupação precisam conhecer os seus direitos para resistir e os profissionais residentes precisam aprender com os conhecimentos vividos destes moradores para contribuir no processo de resistência. Neste sentido, a Assistência Técnica nada mais é que a troca de conhecimentos em um processo de construção que têm um objetivo comum.

### **3. IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO**

#### **3.1. HISTÓRICO**

A Ocupação onde esse trabalho foi desenvolvido, faz parte de um conjunto de ocupações realizadas pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), cujo núcleo chama-se Força e Luta. O MSTB emergiu em 2003, como Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) e foi inspirado no modelo organizativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo era organizar aqueles que não tinham moradia, primeiro para conquistá-la e para, futuramente, chegar a uma “reorganização social e cultural da sociedade para a construção de relações libertárias e de poder popular” (nas palavras do Movimento). A principal bandeira de luta do Movimento é a questão habitacional, utilizando-se de mecanismos de pressão social como mobilização de um expressivo número de famílias de sem teto, oriundas de diversas áreas da cidade de Salvador, que realizam

passatas, ocupam prédios, terrenos públicos ou privados que estejam em condição de abandono ou subutilizados, exigindo conceder terrenos devolutos à construção de moradias, para que atendam a função social da propriedade.

Figura 1 - Entrada do Casarão da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: REIS, 2018.

Não há informações precisas relativas à definição da área que foi ocupada. Previamente ao alojamento das famílias no terreno decidido foram realizadas reuniões e debates promovidos pelo MSTB acerca das estratégias para instalação das famílias no terreno (*Figura 1*). Dentre as estratégias, sugeriu-se a partir de apoio técnico de um Arquiteto, colaborador do IDEAS, a delimitação dos lotes (*Figura 2*) com o objetivo de facilitar uma possível regularização do loteamento, baseando-se na lei que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, onde “os lotes terão área mínima de 125m<sup>2</sup> e frente mínima de cinco metros, salvo quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovado pelos órgãos públicos competentes” (Art. 4, inciso II da Lei nº 6.766/1979 alterada pela Lei nº 9.785/1999).

Figura 2 - Croqui da implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2016.

A primeira etapa da Ocupação Guerreira Maria Felipa ocorreu no ano de 2016, composta, em sua maioria, por antigos moradores da Ocupação Guerreira Ninha, que passaram a morar do Conjunto Bosque das Bromélias de aluguel ou de favores em casa de familiares e amigos. Outros integrantes vieram de bairros do Miolo e do Subúrbio da Cidade, compondo uma totalidade de 68 famílias. Houve um cadastramento preliminar das famílias que norteou a distribuição dos lotes, onde os idosos e pessoas com necessidades especiais foram priorizadas e alocadas próximas à entrada principal do terreno. A primeira noite de ocupação foi marcada por um conflito entre o suposto proprietário do terreno e os ocupantes. Conflito este que se agravou com a presença de policiais que, segundo relatos, apareceram sem distintivo, efetuaram disparos para o alto com intuito de amedrontar e dispersar os ocupantes, que resistiram. Este fato foi registrado no Boletim de Ocorrência da 14<sup>o</sup> Delegacia de Polícia no dia 27/11/16. (ARAÚJO et al., 2017)

Três dias após o início da Ocupação, o dito proprietário aciona a Justiça dando entrada em uma ação de Reintegração de Posse, com indenização e pedido de “Medida Liminar”, registrado no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia com o número do processo 0582043-60.2016.8.05.0001, cujo conteúdo principal está na tentativa de comprovação de Esbulho, Turbação e Ameaça de posse<sup>4</sup> por parte dos ocupantes.

---

<sup>4</sup> O Esbulho é considerado juridicamente como “ato de terceiro que se apodera, ilegitimamente, da coisa alheia em decorrência de violência, clandestinidade e precariedade”. A Turbação é entendida como “a prática de atos abusivos que podem afrontar direitos de outrem ensejando o impedimento do livre exercício da posse, sem contudo, causar o efeito de perda, conforme preceitua o artigo 1.210 do

A segunda etapa foi marcada pela chegada de 12 novas famílias, em março de 2017, ocupando a parte mais baixa do terreno, onde há um pequeno riacho, totalizando 80 famílias. No local foi encontrado um cemitério clandestino (Figura 3), desativado após a descoberta. A situação foi veiculada nas principais mídias locais e corrobora com a informação de que a propriedade não estava cumprindo sua função social. A insegurança provocada por essa descoberta, resultou na mudança das 12 novas famílias para a parte mais alta do terreno, onde alguns lotes com maior dimensão foram divididos de forma a manter todos com pelo menos 125m<sup>2</sup> para acomodar algumas famílias e outras ocuparam lotes desocupados, totalizando 78 lotes e famílias.

Figura 3 - Cemitério Clandestino noticiado em Jornais

2017-6-28 'CEMITÉRIO DO CRIME': SSP confirma dois corpos desenterrados no Parque das Bromélias » Aratu Online fls. 1

**aratu**  
online

**'CEMITÉRIO DO CRIME': SSP confirma dois corpos desenterrados no Parque das Bromélias**

Fonte: Da redação  
Atualizado em 16/12/2016 às 7:40



A assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) confirmou ao **Aratu Online** na tarde desta quinta-feira (15/12) que foram desenterrados dois corpos no suposto 'cemitério do crime' localizado no Parque das bromélias na manhã de ontem (14/12).

Ainda de acordo com a SSP-BA, os corpos estavam em estado avançado de decomposição, por isso não foi possível identificá-los. O Departamento de Polícia Técnica (DPT) vai tentar fazer a papiloscopia (identificação através da coleta de impressão digital das mãos ou sola dos pés) e, se não for possível, o DPT terá que usar outros métodos de identificação.

**LEIA MAIS:** CEMITÉRIO DO CRIME: Polícia encontra 15 corpos enterrados no Parque das Bromélias (<http://www.aratuonline.com.br/noticias/cemiterio-do-crime-policia-encontra-15-corpos-enterrados-no-parque-das-bromelias/#>)

No entanto, na última quarta-feira (14/12), a equipe de reportagem da TV Aratu conseguiu confirmar com uma fonte confidencial da polícia que cerca de 15 corpos teriam sido desenterrados e removidos pelo DPT do Parque das Bromélias.

O caso é investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP).

Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos na página [facebook.com/aratuonline](https://facebook.com/aratuonline) ([https://facebook.com/aratuonline?\\_\\_mref=message\\_bubble](https://facebook.com/aratuonline?__mref=message_bubble)).

*\*Publicada originalmente às 13h25*

Fonte: Arquivo de notícias publicado no Jornal Aratu Online, 16/12/16.

Com relação ao processo de reintegração de posse, em 30 de maio de 2017, para a surpresa da assessoria jurídica do MSTB (IDEAS - Assessoria Popular), dos ocupantes e

---

Código Civil. Por fim, a ameaça pode ser caracterizada pela violência ou iminência dela. Fonte: <<https://wilsonvalmirdeazevedo.jusbrasil.com.br/artigos/306775131/turbacao-esbulho-e-ameaca-significado-e-as-acoes-correspondentes>>. Acesso em: 27/11/2018.

frustração do requerente, o juiz de direito da 10ª Vara Cível e Comercial do Estado da Bahia, bem como o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) indeferiram a ação, reconhecendo os ocupantes como os reais posseiros do terreno. Para ambas instituições, a decisão por não acatar a reintegração de posse<sup>5</sup>, de forma geral, foi favorável para quem melhor comprova a posse do terreno. O requerente não conseguiu apresentar provas contundentes, mesmo anexando um material fotográfico e relatórios técnicos ao processo na tentativa de convencer o juiz de direito a decidir em seu favor.

A Ocupação Guerreira Maria Felipa interagiu com a UFBA e a Bartlett Development Planning Unit (DPU) da Universidade de Londres, durante intercâmbio entre os alunos do Mestrado em Práticas de Desenvolvimento Social da DPU e alunos da disciplina do PPGAU/FAUFBA "Política, Democracia e Direito à Cidade", além de voluntários e colaboradores. As atividades desenvolvidas durante o intercâmbio tiveram como objetivo compreender e apoiar as lutas coletivas pelo direito à cidade.

A Ocupação participou de duas das três edições do intercâmbio, na primeira em 2017, foram realizadas atividades por um período de 15 dias, com o intuito de construir um instrumento de auxílio que pudesse ser utilizado nas mesas de negociações, perante o Governo do Estado e o Município de Salvador. Optou-se pela realização de um "cadastro social" com o objetivo de coletar dados sobre o histórico da Ocupação e dos moradores, as motivações que os levaram a ocupar o terreno e suas expectativas. A partir de uma leitura prévia da Ocupação com utilização de metodologia participativa para criação do cadastro social, foram levantados dados por meio de rodas de conversas e entrevistas para conhecer o histórico do território e dos ocupantes, visitas de campo, levantamento das atividades e serviços do entorno, análise da documentação da Ocupação, e a realização de oficinas participativas para construção coletiva do diagnóstico: a Linha do Tempo; a Oficina dos Sonhos, Aspirações e Valores; a Organização Interna da Ocupação; a Oficina do Direito à Cidade; e o Cadastro Físico.

Em 2018, a metodologia construída buscava articular diversas lideranças de comunidades e movimentos sociais em Salvador. Ao invés de cada equipe do intercâmbio passar um período de 15 dias em cada local, como ocorrido na versão anterior, todo o grupo passava um dia inteiro em cada área, contando ainda com a participação de lideranças de outras comunidades. Na Ocupação foram feitas rodas de conversas com os moradores, sobre temas diversos, dentre eles: Habitação, Mobilidade e Espaços comuns. Além disso foi feito o

---

<sup>5</sup> Segundo afirma o Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 485, possuidor, é pela norma, todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não de alguns poderes inerentes à propriedade.



reconhecimento do entorno, com visita ao Conjunto Bosque das Bromélias, tanto das áreas comuns, quanto de um dos seus apartamentos e do Conjunto Residencial Jardim das Margaridas.

Desde maio de 2017, o graduando em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, Leonardo Stanziola está realizando o seu Trabalho Final de Graduação (TFG) na Ocupação. O trabalho visa prestar Assistência Técnica por meio de soluções alternativas para autoconstrução. Ressalta-se que este trabalho está sendo orientado pela Profa. Dra. Thaís Troncon Rosa, professora da RAU+E e tutora de uma integrante desta equipe, em função disso diversas articulações ocorreram entre os trabalhos, inclusive uma Oficina e o edital de extensão PaexDOC. As atividades realizadas por profissionais estudantes da RAU+E na Ocupação tiveram início em outubro de 2017, sobre as quais será discorrido no tópico de aproximação.

### **3.2. APROXIMAÇÃO**

O primeiro contato da 3ª turma da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e afins (RAU+E) com a Ocupação Guerreira Maria Felipa, ocorreu no Auditório Mastaba da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), em uma mesa de diálogo com o intuito de serem apresentadas suas demandas e um breve relato histórico para contextualização da situação que vivem. A liderança, “Iara”<sup>6</sup>, apresentou como principais demandas, a elaboração de um plano urbanístico e de um projeto de requalificação de uma casa existente no terreno, intitulada pelos moradores como “Casarão”, local destinado para um futuro espaço de cooperativa de costura, ou para dar suporte às atividades de geração de renda.

O segundo contato foi uma visita realizada pelos alunos e professores às comunidades proponentes, com objetivo de conhecê-las e auxiliar na escolha dos profissionais residentes da área do trabalho de assistência técnica a ser realizado no ano de 2018. Nela foram identificadas demandas relacionadas à regularização fundiária, devido ao desejo dos ocupantes em permanecerem no local e problemas relacionados ao saneamento básico, além das demandas apresentadas anteriormente pela liderança.

A partir dos encontros acima descritos e da identificação das demandas, se formou a equipe de trabalho composta por Jéssica Macêdo - Engenheira Ambiental e Sanitarista, Ludmila

---

<sup>6</sup> “Iara” foi o nome fictício adotado pela equipe de residentes para representar a liderança da Ocupação Guerreira Maria Felipa para fins deste trabalho, ela é umas das coordenadoras estaduais do MSTB, possui experiências anteriores frente à ocupações realizadas pelo movimento.

Vale - Assistente Social, Rodrigo Machado - Arquiteto Urbanista, Taiane Moreira - Urbanista e Vanessa Dantas - Arquiteta Urbanista, que definiram a Ocupação como o local de desenvolvimento dos seus trabalhos.

A convite do MSTB, foi apresentada aos residentes uma demanda de mutirão para o plantio de árvores frutíferas e ornamentais, bem como para a reforma do Casarão. Este convite foi mais uma oportunidade aproximação da equipe com os moradores da Ocupação.

Na semana de workshop interno da RAU+E, foi realizado pela equipe, em conjunto com outros colegas e professores, um mutirão de plantio de uma horta coletiva, solicitado pela comunidade. Foi um momento oportuno para observar as pessoas mais interessadas em participar e colaborar com a atividade, as relações de convívio entre os moradores, e o grande envolvimento das crianças.

Concluída a fase de aproximação entre a equipe e os moradores, foi elaborado um plano de trabalho, considerado pela residência necessário para o planejamento das atividades em campo. Nele estão delineados os objetivos e metodologias, baseadas na demanda inicial apresentada pelo movimento à RAU+E, assim como as fases necessárias para realização da assessoria técnica, como levantamento de dados, elaboração de diagnóstico, oficinas, visitas técnicas com a finalidade de nortear o desenvolvimento do trabalho. Ele também é o método pelo qual os residentes são avaliados com relação à primeira etapa da residência, nas cinco disciplinas<sup>7</sup> do curso. Considerando que o trabalho contempla o uso de metodologias participativas, os objetivos e ações se modificaram ao longo do ano a partir do contato dos residentes com os moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa.

---

<sup>7</sup> ARQ-A79 - Produção do Espaço, Políticas Urbanas e Direito à Cidade; ARQA81 - Planejamento e Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para Assistência Técnica; ARQA80 - Projeto de Urbanização, Infraestrutura e Meio Ambiente; ARQA82 - Metodologias e Técnicas para Projetos Participativos e ARQA83 - Seminários Temáticos (esta última inclui 1 ponto de avaliação por frequência)

### 3.3. DIAGNÓSTICO GERAL

A Ocupação Guerreira Maria Felipa está em um terreno com área de aproximadamente 16.300m<sup>2</sup>, localizado no município de Salvador, próximo ao seu limite norte (divisa com o município de Lauro de Freitas) no bairro Jardim das Margaridas. A rua Joaquim Ferreira dá acesso a Ocupação e fica próxima à rodovia BA-526, também conhecida como CIA-Aeroporto<sup>8</sup>. No seu entorno estão os conjuntos do PMCMV, Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas (Figura 4).

Figura 4 - Mapa de Localização da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2016.

A região se caracteriza pela presença das Represas do Ipitanga (que contribuem para parte do abastecimento de água de Salvador). Somente no PDDU 2008, Lei nº 7.400, é a que a região passou a fazer parte da Zona Urbana do Município de Salvador. Por ter sido zona rural, a região era desprovida de equipamentos e infraestrutura que dessem suporte a função residencial. *Pari passu*, as instâncias municipal e estadual do governo buscavam recursos para implantação dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) e do PMCMV, e essa região, por possuir pouco atrativo para o mercado imobiliário e, conseqüentemente,

<sup>8</sup> O nome da via é dado em função de fazer a ligação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Aeroporto Internacional de Salvador.

menores valores foi o principal foco para eles. O primeiro previa a implantação de equipamentos e infraestrutura, além de novas habitações ou de melhorias habitacionais. A única localidade próxima à Ocupação que recebeu financiamento do PAC-UAP foi a ZEIS Nova Esperança. Já o PMCMV contribuiu para a mudança do uso, mas inicialmente, focou apenas na produção habitacional com a construção de 18 empreendimentos nos últimos 10 anos, com pouca ou nenhuma preocupação com a provisão de equipamentos.

O terreno onde se localiza a Ocupação Guerreira Maria Felipa está em processo judicial de Reintegração de Posse com pedido de Liminar como mencionado no tópico anterior, impetrada pelo proprietário contra o Movimento. A Ocupação e o Movimento estão sendo assistidos pelo IDEAS - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais, a partir da prestação de assessoria jurídica gratuita nos termos dos arts. 98 e 99 do CPC e da Lei nº 1.060/50, pautando uma discussão que girou em torno de duas questões: a propriedade e a posse, evidenciando os posicionamentos das instituições públicas envolvidas nesse processo. O processo ainda não apresentou uma sentença definitiva e os moradores permanecem ocupando o terreno.

O Diagnóstico da Ocupação foi construído com base na Oficina de Mapeamento realizada com o estudante de graduação que também está trabalhando na Ocupação, Leonardo Stanziola, no Cadastro Socioeconômico e aspectos técnicos observados a partir das visitas à campo registrado por meio de Diário de Campo e fotografias. A Oficina não foi suficiente para a extração dos dados e as informações foram cruzadas com as obtidas no Cadastro para que fosse possível fazer uma leitura melhor da Ocupação (Figura 5).

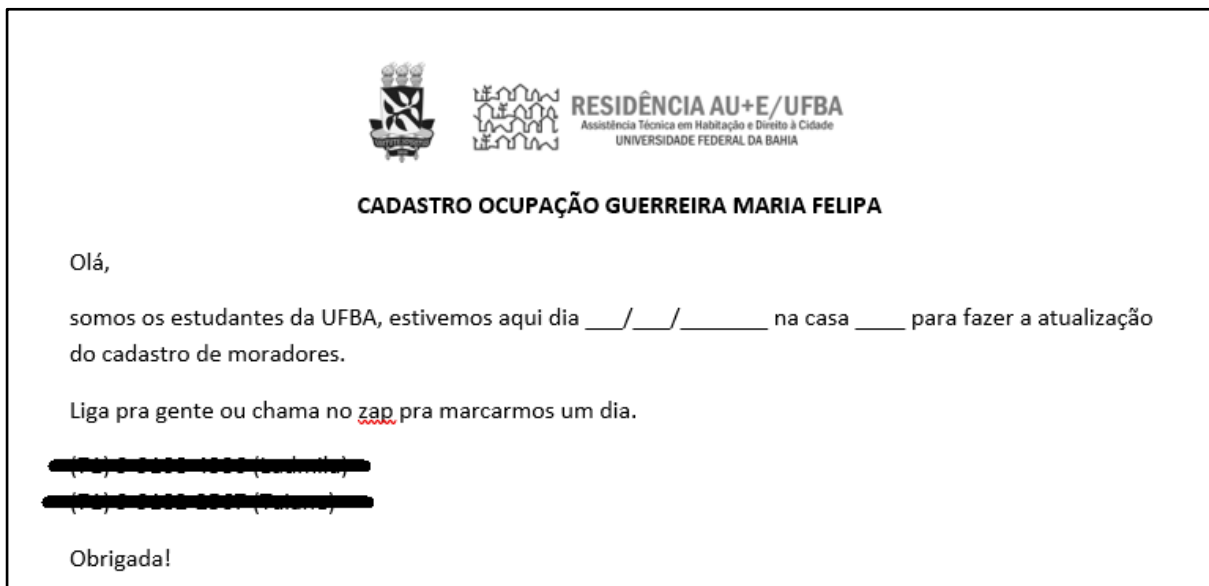
Figura 5 - Moradores na Oficina do Mapeamento



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A atualização do Cadastro Socioeconômico dos moradores da Ocupação foi realizada entre os meses de abril e maio de 2018, em 92% das moradias foram encontrados responsáveis que o responderam. Os outros 8% correspondem a moradores que não estavam em casa quando os residentes aplicaram os questionários. Nesses casos foram deixados um panfleto pedindo que entrassem em contato com a equipe, os vizinhos não souberam informar meios de contato com esses moradores (Figura 6). O questionário para cadastro foi um instrumento utilizado para coletar um grande número de informações, entre elas o perfil populacional e econômico, quantidade de moradores, cor da pele, responsável pelo lar, bem como as que estão relacionadas à educação, saúde, transporte, trabalho, acesso a serviços e aos materiais utilizados para construção da casa que vivem. Desde então esses dados foram sistematizados e usados como base para direcionar as atividades seguintes da equipe na Ocupação.

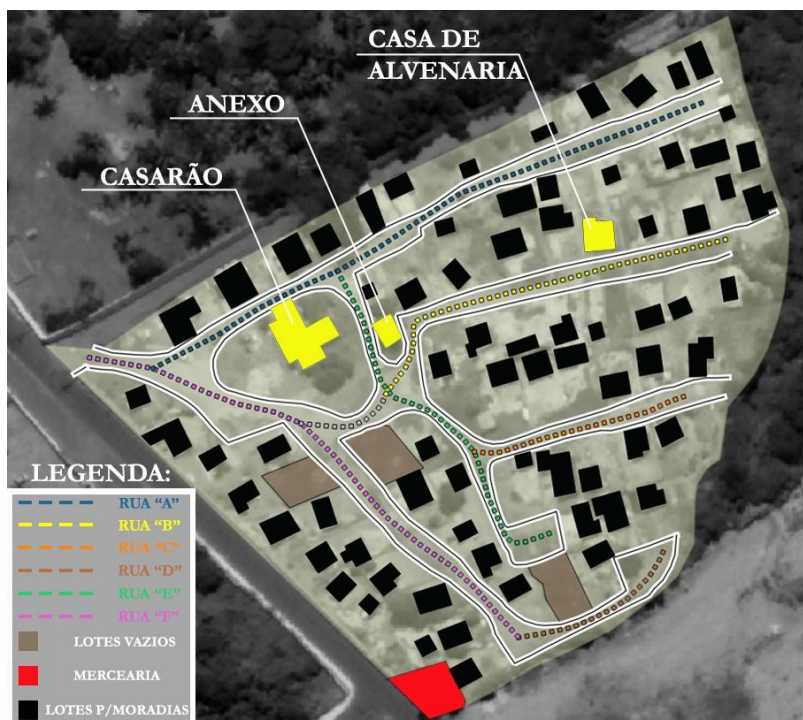
Figura 6 - Panfleto deixado na casa dos moradores que não foram encontrados para realização do Cadastro Socioeconômico (contatos dos residentes foram suprimidos)



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Atualmente, a Ocupação encontra-se dividida em um total de 77 lotes destinados para moradia, dos quais 69 encontram-se ocupados, 4 sem moradores (1 terreno sem construção, 2 com “barracos” e 1 com construção de alvenaria inacabada) e nos outros 4 não foram encontrados os moradores. Segundo “Iara”, dois desses lotes destinados a moradia serão cedidos para a construção da futura sede do IDEAS (Assessoria Popular). Um dos lotes não tem destino para moradia, existe a previsão de instalação de uma mercearia, totalizando 78 lotes (Figura 7).

Figura 7 - Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

No terreno já existia a construção de uma casa (chamada pelos moradores de Casarão) (Figura 8), que não estava em bom estado, pois passou muito tempo descoberta e sem manutenção, além de um pequeno anexo (o MSTB declarou interesse em instalar um posto médico), que serve como depósito (Figura 9).

Figura 8 - Visão frontal do Casarão



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 9 - Pequeno Anexo, com previsão para posto de saúde



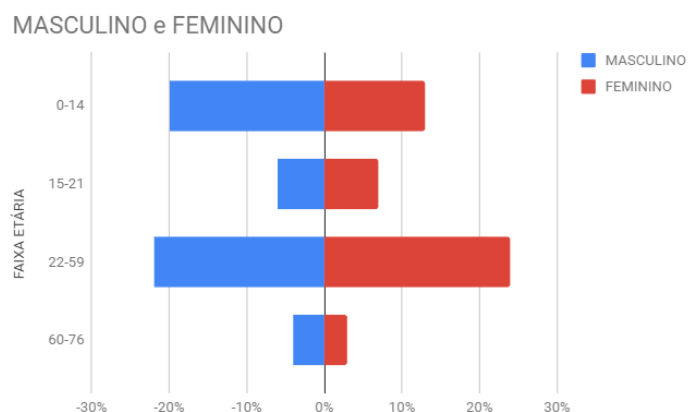
Fonte: Acervo da equipe, 2018.

As unidades habitacionais são provisórias, feitas de materiais como maderite, madeira de descarte, estroncas para a sustentação da cobertura, geralmente telhas de amianto, nocivas à saúde, ou com alguns retalhos de madeira e lonas. Em seu revestimento interno as laterais do barraco são forradas com lona e/ou papelão, enquanto que na área externa, alguns se utilizam de lonas, plástico ou madeira compensada. Estes materiais não proporcionam segurança, conforto térmico, acústico, nem apresentam durabilidade para resistir muito as intempéries.

A população da Ocupação, desconsiderando os quatro lotes não entrevistados, é de 156 moradores com idades entre 0 e 76 anos, o que resulta em uma densidade bruta da Ocupação igual a 95,70 hab/ha. Na Figura 10 é possível ver a distribuição da população por idade e gênero.



Figura 10 - Gráfico de moradores por idade e gênero



Fonte: Gráfico produzida pela equipe - RAUE+E/ UFBA, 2018

Quanto aos dados coletados na atualização do cadastro socioeconômico relativos à atribuição da responsabilidade pelo domicílio, a maioria declarou ser do homem e em apenas um caso ela foi dita como compartilhada.

De acordo com o Atlas do Direito de Morar em Salvador (2012), a maior parte dos moradores das ocupações em um contexto geral são mulheres, porém na Ocupação Guerreira Maria Felipa a população do sexo masculino é maior que a do feminino, 52% e 47%, respectivamente.

Na maioria dos domicílios, os homens declararam-se responsáveis pelo lar. Porém, como pode ser visto na Tabela 1, percebe-se que o homem se destaca como responsável pelo lar nas unidades que mora apenas uma pessoa, enquanto que em casas com três ou mais moradores, as responsáveis são majoritariamente mulheres.

Tabela 1 - Responsável pelo lar por gênero e número de moradores por casa

Nº TOTAL DE CASAS	Nº DE MORADORES	RESPONSÁVEL PELO LAR		
		FEMININO (%)	MASCULINO (%)	AMBOS OS SEXOS (%)
25	1 morador	24	76	0
16	2 moradores	44	50	6
7	3 moradores	100	0	0
10	4 moradores	80	20	0
3	5 moradores	0	100	0
1	6 moradores	100	0	0

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Com relação à cor, quase todos os moradores se declaram de cor parda ou preta (Tabela 2), evidenciando o cenário de desigualdades do Brasil e de Salvador, onde a população com menor renda é formada por um percentual maior de pessoas negras. Essa relação também é vista espacialmente em Salvador, a população que vive na região da Orla tem um padrão econômico maior, enquanto que no Miolo e Subúrbio Ferroviário a população possui renda mais baixa.

Tabela 2 - Cor de pele dos moradores

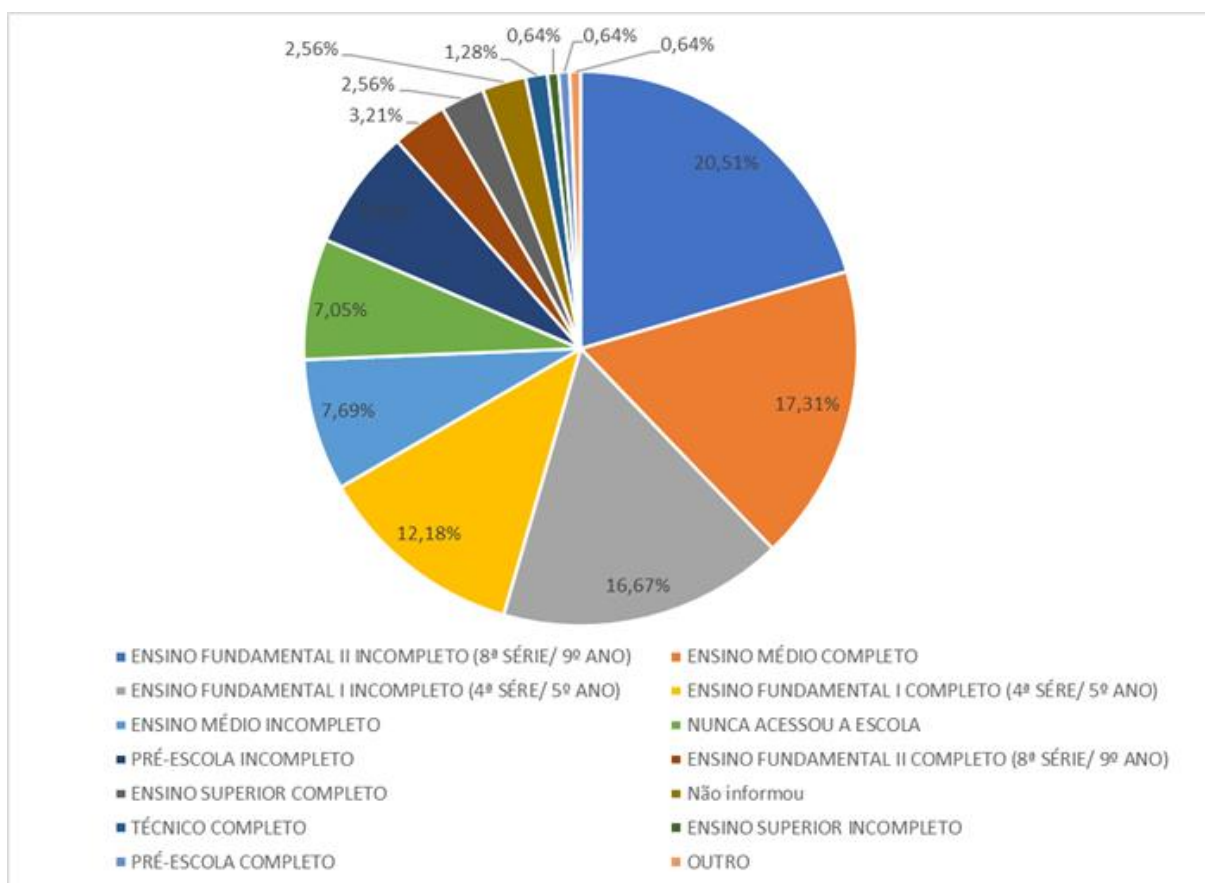
	COR DA PELE (%)		
	BRANCA	PARDA	PRETA
MASCULINO	0,00	18,59	33,97
FEMININO	0,64	21,15	25,64
TOTAL	0,64	39,74	59,61

FONTE: Tabela produzida pela equipe- RAUE+E/ UFBA, 2018

Quanto à educação na Ocupação, 33% dos moradores estudam atualmente, 92% declararam ler e escrever e 2% não lê, escreve ou assina o nome (Tabela 3 e Tabela 4). Ao

considerar o grau de escolaridade 20,51% dos moradores têm o ensino fundamental II incompleto, 16,67% ensino fundamental I incompleto e 12,18% o ensino fundamental I completo, valores inferiores aos apresentados no Atlas do Direito de Morar em Salvador (2012), respectivamente, 26,37%, 28,35% e 14,61% (SANTOS, 2016). Cerca de 7% da população afirmou nunca ter frequentado a escola, dado próximo ao apresentado no Atlas, 6%. A Figura 11 apresenta o grau de escolaridade da população da Ocupação.

Figura 11 - Gráfico Escolaridade da população da Guerreira Maria Felipa



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Tabela 3 - Moradores que sabem ler e escrever na Ocupação Guerreira Maria Felipa

FAIXA ETÁRIA (anos)	LÊ E ESCREVE (%)	APENAS LÊ (%)	APENAS ESCREVEM (%)	ASSINA O NOME (%)	NENHUM (%)	NÃO INFORMOU (%)
7 a 14	85	0	0	0	7,5	7.5
15-21	100	0	0	0	0	0
22-59	94	0	1,5	1,5	1,5	1,5
acima de 60	82	9	0	0	0	9
Total	93	1	1	1	2	2

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Próximo à Ocupação Guerreira Maria Felipa, existem duas escolas que atendem do Grupo 2 ao 8º ano do ensino fundamental, deixando então ausente o atendimento aos estudantes do 9º ano, do Ensino Médio e a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Considerando que apenas nos conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) somam-se 3420 unidades/famílias uma escola que atenda essa carência seria de grande importância.

Tabela 4 - Moradores que estudam ou não estudam por faixa etária na Ocupação Guerreira Maria Felipa

FAIXA ETÁRIA (anos)	ESTUDAM (%)	NÃO ESTUDAM (%)	NÃO INFORMARAM (%)
0-6	46	46	8
0-14	96	4	0
15-21	33	52	15
22-59	7	65	28
60-76	0	91	9

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

### 3.3.1. DIAGNÓSTICO NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL

A proposta de um futuro espaço de cooperativa para dar suporte às atividades de geração de trabalho e renda, como a da costura, foi uma das principais demandas apresentadas pela liderança no primeiro contato com a equipe de residentes, como mencionado no tópico de Aproximação. De acordo com o Atlas do Direito de Morar em Salvador,

O retrato dos Sem Teto em Salvador revela o caráter de classe da luta pela moradia digna, pelo acesso aos serviços de consumo coletivo e da ação do Estado - explicitado nos limites dos programas habitacionais voltados ao atendimento da demanda por moradia e na ausência de políticas de inserção produtivas dos segmentos sociais situados nas menores faixas de renda (SANTOS et al., 2016, p. 13).

O desejo da liderança em construir um projeto social onde as mulheres pudessem trabalhar com costura, surgiu a partir do recebimento de doações de quatro máquinas (inicialmente informadas como industriais) pelo Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e pessoas físicas que tiveram conhecimento da necessidade demandada pela Ocupação. Ressalta-se que a ideia central era que três mulheres moradoras da Ocupação já experientes com costura, ministrassem um curso para as pessoas interessadas em aprender a técnica e a partir daí, produzissem de modo coletivo e vendessem para empresas e/ou pessoas fora da Ocupação.

Após o início do trabalho da equipe de residentes na Ocupação, passaram a surgir diversas informações desconexas em relação às máquinas e à costura. Inicialmente a liderança informou que o projeto de costura não estava sendo realizado pela falta de verba para investimento em material de produção. Posteriormente, surge a informação de que as máquinas estavam quebradas e não havia dinheiro para consertá-las. Por último, surge a informação que as máquinas não tinham capacidade para produção em escala, pois eram domésticas e as pessoas que estavam dispostas a ensinar costura não sabiam manuseá-las. Além disso, em contato com os moradores e moradoras, identificou-se que houve pouco diálogo com eles sobre a execução do projeto social. Ainda não se tem clareza sobre o real motivo pelo qual as máquinas não estão sendo utilizadas, fazendo com que esse projeto deixasse de ser prioritário na ação da equipe de profissionais residentes.

Ao realizar a atualização Cadastro Socioeconômico (Figura 12) foi questionado aos moradores se exercem algum tipo de atividade remunerada e sendo que cerca de 51% responderam que não. Quanto aos moradores que possuem algum tipo de rendimento, 56% são trabalhadores autônomos, que se valem da "viração" para obter fontes de renda. Apenas 25% dos trabalhadores possuem carteira assinada e, uma pequena parcela, 17% possui vínculo empregatício sem carteira assinada. Outros têm como única fonte de renda benefícios governamentais e previdenciários.

Figura 12 - Realização do Cadastro Socioeconômico



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

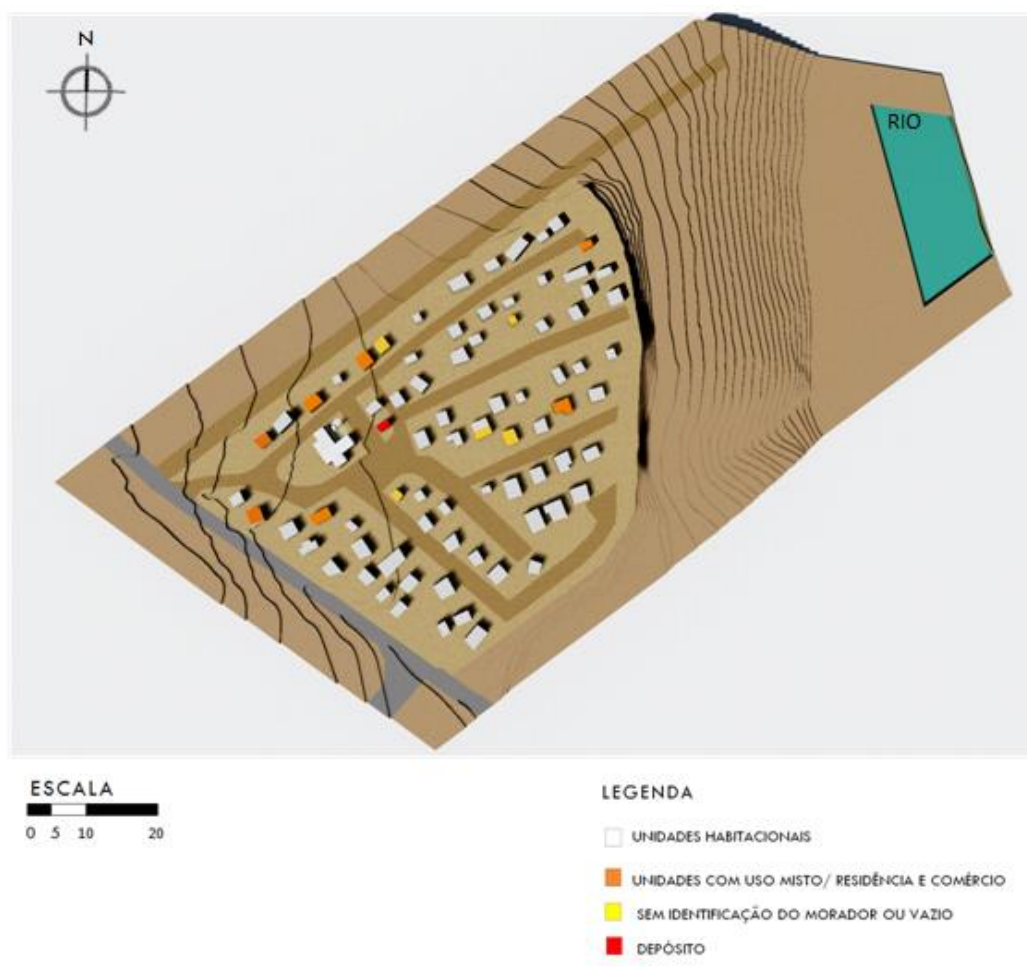
Outras frentes de geração de trabalho e renda passaram a ser consideradas como parte do projeto, como artesanato, venda de produtos, coleta e comercialização de resíduos recicláveis, marcenaria e construção civil. Essas frentes passaram não só a englobar as mulheres, como pensado inicialmente na proposta, mas aos moradores de maneira geral, independente do seu gênero. Dentre as atividades mencionadas, a coleta e comercialização de resíduos recicláveis é comum em Salvador entre os trabalhadores que não possuem qualificação profissional, sendo realizada muitas vezes em condições precárias, mas torna Salvador uma das capitais que se destaca em termos de volume de resíduos reciclados (SANTOS, 2016).

Na oficina “Moradia é só casa?” realizada pelos profissionais residentes com os moradores da Ocupação descrita na metodologia geral, foram debatidas questões como: o impacto direto do custo da cesta básica na realidade das famílias, o salário mínimo mensal como insuficiente para suprir as necessidades básicas e as possíveis soluções a serem adotadas para resolver a problemática. A partir disso, percebeu-se o aumento de interesse em

promover formas de trabalho autônomo, e coletivos como maneira de se ter acesso a renda a partir das potencialidades mapeadas na Ocupação.

Ressalta-se que no Atlas do Direito de Morar em Salvador, a maior parte dos imóveis da Ocupação são destinados ao uso residencial, sendo alguns deles de uso misto como pequenas vendas de mercadorias para uso doméstico, outros gêneros alimentícios e bares. Neste contexto, vale ressaltar que na Ocupação Guerreira Maria Felipa, das casas, 7 funcionam como uso misto, como pode ser visto na figura 13.

Figura 13 - Moradias da Ocupação Guerreira Maria Felipa por tipo de Uso



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No Atlas do Direito de Morar em Salvador (SANTOS et al., 2016, p. 28), “em torno de 60,33% dos responsáveis pelos domicílios das ocupações declararam não ter rendimento, estando 37,86% situados na faixa de até um salário mínimo”. A renda per capita média mensal da Ocupação Guerreira Maria Felipa é de R\$420,30, bem acima da média dos Sem Teto de Salvador que é de R\$99,92, mas ainda insuficiente para se ter acesso às necessidades básicas dos moradores. Em relação à Distribuição de renda por casa na

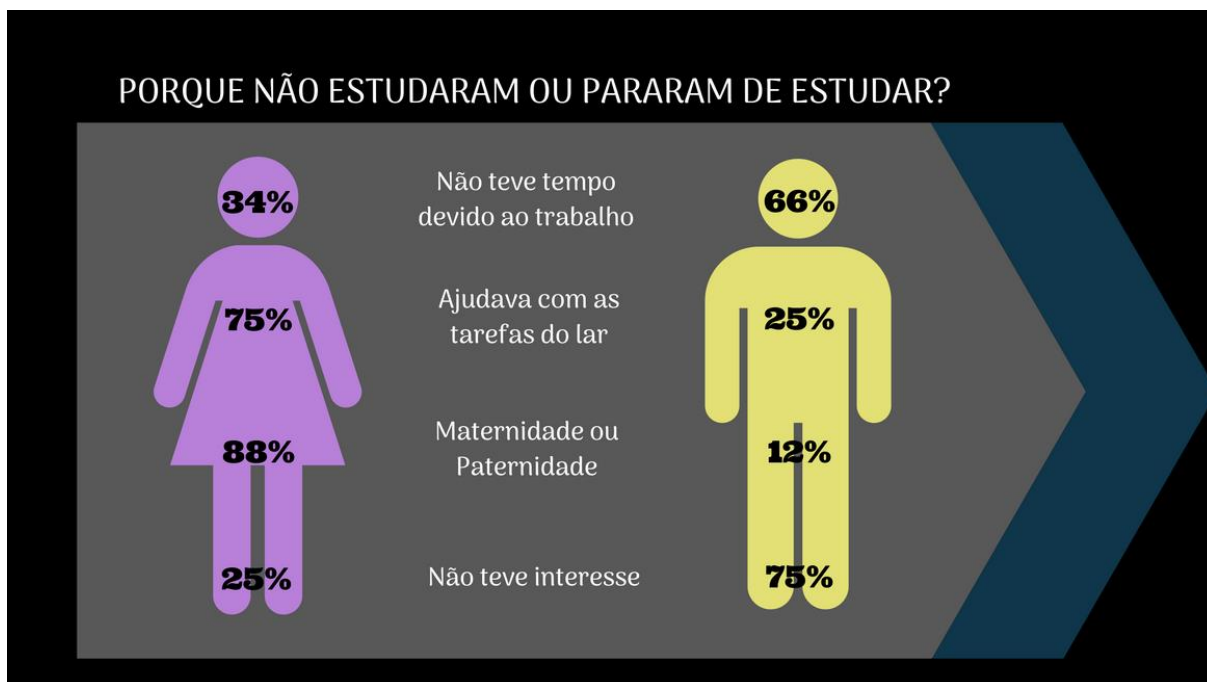
Ocupação, 49% das famílias possuem renda entre 0 e 2 salários mínimos. Aproximadamente 70% das famílias com mais de 1 morador, tem renda per capita entre 0 e 1 salário mínimo mensal.

Considerando o que foi relatado no diagnóstico geral, nas casas com mais de um morador as responsáveis pelo lar são majoritariamente mulheres. Elas são 31 na Ocupação, apenas 15 delas trabalham, sendo que 8 são autônomas, 3 contratadas sem carteira assinada e 4 com carteira assinada. Das 16 que não trabalham, 7 procuraram emprego e as outras não procuraram por um dos motivos seguintes: precisam cuidar das tarefas do lar; não têm com quem deixar as crianças (filhos e/ou netos); possuem algum tipo de limitação física; estão estudando; ou são aposentadas ou pensionistas.

No que se refere à escolaridade, conforme mencionado no diagnóstico geral, percebe-se um perfil de baixa escolaridade dos moradores, ficando claro que são as crianças e os adolescentes os que estão estudando atualmente. Analisado esse mesmo contexto em relação aos adultos é notável que um número considerável, 64% dos moradores, não acessou, não concluiu ou abandonou a escola. Ao questionar os moradores os motivos pelos quais eles pararam de estudar, o motivo mais alegado pelas mulheres foi a maternidade e a necessidade de cuidar das tarefas do lar, enquanto que os homens foi a falta de interesse na continuidade dos estudos e em função de precisar trabalhar. Neste contexto, ressalta-se que mesmo os homens tendo filhos, eles associam deixar de estudar com trabalhar para prover o lar e não diretamente com a paternidade. O comparativo está disposto no infográfico da figura 13.



Figura 14 - Infográfico moradores que pararam de estudar por motivo e gênero



Fonte: Elaborado pela equipe com base em Cadastro Socioeconômico, 2018.

Dentre os moradores que pararam de estudar, 78% têm vontade de voltar, destes, 48% preferem fazer cursos técnicos ou profissionalizantes, com o objetivo de acessar de forma mais rápida o trabalho e renda. Em função desse desejo, foi feito um levantamento das possibilidades de capacitação para os moradores da Ocupação.

Com intuito de orientar e informar aos moradores sobre oportunidades de cursos em Salvador, foi realizado um mapeamento de alguns dos locais que oferecem capacitação profissional em diversas áreas, entre eles estão o Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), Serviço Social do Comércio (SESC), relevante especialmente para parcerias de formação artesanal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - Programa SENAC de Gratuidade, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Centro de Aprendizagem de Integração de Cursos, Escola de Cabeleireiros da Bahia, Escola Nacional de Defesa do Consumidor, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Programa de Educação e Previdência (PEP) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Outras opções são os Cursos Online que oferecem certificados, a exemplo estão as plataformas *Curseria*, *Edx*, *Coursera* e *Udemy*. Além disso, o uso de tutoriais disponíveis na internet também contribuem como forma de agregar conhecimentos de maneira gratuita, como os disponíveis na plataforma do *Youtube*.

Próximos a Ocupação, estão o IFBA de Lauro de Freitas que oferece Ensino Médio Técnico Profissionalizante, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnicos, Superiores e de Pós-Graduação, e o Centro Estadual de Educação Profissionalizante em Tecnologia, Informação e Comunicação (Ceep Tic Lauro de Freitas), oferecendo os cursos: Proeja - Programa de Educação de Jovens e Adultos - mais de 18 anos e que não concluiu o ensino médio; EJA - Educação de Jovens e Adultos, PROSUB - Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (para quem concluiu o ensino médio).

Considerando o exposto e a importância da educação, trabalho e renda, ressalta-se que dos adultos moradores da Ocupação, entre 22 e 58 anos, 61% cursaram até o ensino fundamental, 28% concluíram o ensino médio, apenas 7% concluíram o Ensino Técnico ou Superior e 4% não acessaram. No entanto ao comparar com os dados de educação apresentados no diagnóstico geral, percebe-se que o número de adultos que estudaram até o ensino fundamental é maior ao se comparar com o dado referente a toda população da Ocupação, indicando que com o passar do tempo houve uma melhoria do acesso às escolas. A desigualdade social na cidade de Salvador é alarmante. Ao comparar os dados entre bairros de classe média e alta com os de classe baixa, é possível observar tal desigualdade. No Itaipara - considerado de classe média alta, os moradores que estudaram 15 anos ou mais, são 65,60%, enquanto que no Jardim das Margaridas - onde está localizada a Ocupação, esse número cai para 12,63%. Também no Itaipara, os moradores que têm renda mensal entre 0 e 3 salários mínimos correspondem à 6,6%, já no Jardim das Margaridas, os que possuem essa mesma faixa de renda são 54,6%.

Tais afirmações corroboram para ratificar que o acesso ao trabalho e renda está diretamente relacionado com o nível de escolaridade dos cidadãos, onde quanto maior o nível educacional, maiores as oportunidades de empregabilidade e mais altos os salários. Para os moradores da Ocupação, a educação é algo distante, com menos relevância que o trabalho, considerando-a como um privilégio dos que possuem maior renda. Estas questões estão associadas a realidade em que se encontram os moradores, como o não acesso à renda e as políticas públicas que atendam às suas necessidades básicas, além dos problemas que se refere ao acesso à terra, à precariedade das moradias, aos equipamentos sociais, aos espaços públicos de qualidade, aos serviços públicos de saneamento básico e à outros direitos fundamentais que possuem como cidadãos.

## **4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS**

### **4.1. NO ÂMBITO DA PROPOSTA COLETIVA**

#### **4.1.1. OBJETIVO**

Promover a formação e capacitação dos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na Lei nº 11.888/2008, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos conforme preconiza a CF/1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

#### **4.1.2. JUSTIFICATIVA**

As ocupações urbanas populares são formadas por famílias de baixa renda não atendidas por políticas habitacionais que ocupam espaços ociosos na cidade a fim de garantir o direito à moradia. Conforme dados do Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador publicado pelo EDUFBA em 2012, 60,33% dos responsáveis pelo domicílio nas ocupações declararam não ter rendimento e 37,86% rendimento mensal de até 1 salário mínimo (SANTOS, 2016). Segundo Maricato (2014), apenas 30% da população brasileira tem acesso ao mercado imobiliário "formal"; os investimentos em habitação social, apesar de terem crescido nos últimos anos, são insuficientes: em Salvador, mais de 30% da população vive em ocupações.

No geral, tais ocupações são caracterizadas pela privação dos direitos sociais básicos como os serviços de educação, saúde, lazer, saneamento básico, transporte e fornecimento de energia. Para contrapor as forças dominantes que regem o jogo político da cidade, é necessário recorrer a apropriação dos instrumentos da Lei que proporcionem a produção de um urbanismo crítico, enquadrado no aspecto da cidade real, promovendo avanços e conquistas das forças populares. Estas necessitam de ações claras e adequadas às suas necessidades, que devem ter como pré-requisito a construção de um processo pedagógico participativo e inclusivo, sendo capaz de desconstruir valores de subordinação e construção social do Sujeito como Sujeito, e não como Objeto. (MARICATO, 2011; FREIRE, 1987)

A Ocupação Guerreira Maria Felipa está localizada em um terreno de origem privada, que passa por uma ação judicial de reintegração de posse com o risco das famílias serem despejadas e enfrenta atualmente problemas relacionados ao desconforto de morar em pequenas unidades provisórias, dificuldade de empregabilidade e de acesso aos equipamentos sociais urbanos, precariedade e/ou ausência dos serviços públicos de

saneamento básico e de infraestrutura dos espaços comuns de convivência e socialização. Considerando o exposto, o presente trabalho tem por objetivo auxiliar os moradores a desenvolverem sua autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos, independentemente do resultado da ação judicial.

## **4.2. NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL**

### **4.2.1. OBJETIVO**

- Incentivar o desenvolvimento da autonomia e proatividade dos moradores da Ocupação, para além do empreendedorismo, visando o fortalecimento individual e coletivo na busca da efetivação dos direitos sociais garantidos na CF/1988 e no Estatuto da Cidade.
- Promover cursos para moradores que desenvolvem atividade remunerada na Ocupação, a fim de orientá-los sobre a administração dos seus negócios.
- Contribuir para a melhoria de vida dos moradores a partir do fortalecimento do acesso a renda de maneira autônoma e planejada.

### **4.2.2. JUSTIFICATIVA**

A Ocupação Guerreira Maria Felipa, é composta por famílias que moram em situação precária, sendo os barracos em sua maioria feitos com reaproveitamento de materiais. Considerando o que preconiza a Constituição Federal de 1988 com relação aos direitos sociais, no seu artigo 6º e no Código de Ética do/a Assistente Social, Lei nº 8.662/1993, especialmente o estabelecido no seu princípio fundamental no que tange à autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e o preconizado pela Lei nº 11.888/2008 que diz que isso deve ocorrer por meio da prestação de Assistência Técnica à indivíduos e movimentos sociais, o presente trabalho busca fortalecer a autonomia individual e coletiva dos moradores.

Ao se tratar sobre a relação da educação, trabalho e renda, ressalta-se que dos adultos moradores da Ocupação, entre 22 e 58 anos, 48% cursaram até o ensino fundamental, 28% concluíram o ensino médio e apenas 7% concluíram o Ensino Técnico ou Superior. A desigualdade social na cidade de Salvador é alarmante. No Itaigara - considerado de classe média alta, os moradores que estudaram 15 anos ou mais, são 65,60%, enquanto que no Jardim das Margaridas, de classe baixa - onde está localizada a Ocupação, esse número cai

para 12,63%. Também no Itaipara, os moradores que têm renda entre 0 e 3 salários mínimos correspondem à 6,6%, já no Jardim das Margaridas, os que possuem essa mesma renda são 54,6%.

Um número representativo de moradores da Ocupação, não exercem nenhum tipo de atividade remunerada e se usam da “viração” para obter fontes de renda. Foi identificado o interesse das famílias em realizar um projeto social voltado para geração de trabalho e renda. Percebe-se que há a necessidade de viabilizar a aprendizagem e o aperfeiçoamento profissional dos moradores que exercem atividade remunerada na Ocupação. Um espaço potencial para a realização destas atividades, é o chamado Casarão, casa existente no terreno, onde ocorrem atividades coletivas como reuniões.

Nesse contexto, vislumbra-se desenhar um projeto social que se embase no modelo de empreendedorismo social, conceituado por Oliveira (2004) “como um novo paradigma de intervenção social, pois apresenta um novo olhar e leitura da relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade”. Para Melo Neto e Froes (2001) apud Oliveira (2004),

o processo de empreendedorismo social exige, principalmente, o redesenho de relações entre comunidade, governo e setor privado, que se baseia no modelo de parcerias, tendo como principal objetivo (2001, p.11 e 12) “[...] retirar pessoas da situação de risco social e [...] o foco é nos problemas sociais, e o objetivo a ser alcançado é a solução a curto, médio e longo prazos destas questões [...] buscando propiciar-lhes plena inclusão social (OLIVEIRA, 2004).

Nesse sentido, surge a necessidade de se trabalhar a autonomia e a cidadania. Sendo a primeira compreendida como contexto em que o sujeito decide o que gostaria de ser e como gostaria de viver, tal conceito está baseado na busca da liberdade política, jurídica e social, bem como, na busca do bem-estar material. E acrescenta que a autonomia é quando o sujeito torna-se capaz de agir conforme um projeto pessoal de vida boa, e de considerar a si e a outros como sujeitos capazes de estabelecer relações de direitos e deveres (REGO; PINZANI, 2013). E a segunda entendida por Martins (2000), quando o cidadão como aquele que tem iniciativas muito mais amplas, para além do universo econômico, pois sua ação é caracterizada pela participação no gerenciamento da economia e do Estado, de forma a definir o que vai ser produzido, como vai ser comercializado, quais serviços serão oferecidos e a quem eles servirão.

E para se trabalhar os dois conceitos citados anteriormente será seguido o modelo da educação não-formal, compreendida como educação que designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. a formação de Cooperativas para realização de trabalhos desenvolvidos de forma coletiva, surgiu como um possível caminho, ainda em debate. assim,

Atividades como promoção de cursos, confecção de bens e prestação de serviços são exemplos. Outro fato compreendido, é a necessidade de viabilizar a aprendizagem e o aperfeiçoamento profissional, seja promovido por instituições de ensino ou pelos próprios moradores que têm interesse em compartilhar suas experiências e habilidades profissionais.

## 5. AÇÕES NO TERRITÓRIO

As atividades desenvolvidas no período de atuação da equipe de profissionais residentes junto a Ocupação Guerreira Maria Felipa, descritas abaixo, propuseram a utilização de metodologias participativas, para uma reflexão e apoderamento de informações trabalhadas na escala da localidade do bairro, do contexto da Cidade e da sociedade atual. As atividades buscaram promover rodas de conversas, oficinas, ações educativas e lúdicas, com participação efetiva dos moradores da Ocupação visando a troca de saberes técnicos, acadêmicos e populares.

Alves (2003), considera que uma compreensão mútua da linguagem é essencial para a intercompreensão. Dessa forma, a “escutatória”, metodologia utilizada por este educador, propõe que a partir da escuta e da partilha de informações o aprendizado ocorre de forma mútua de parte a parte, favorecendo a construção de um saber comum, por meio de rodas de conversas, atividades coletivas ilustrativas, estimulando o lúdico e o cognitivo.

Como defendido por Freire (1987), a educação deve ser pautada em um formato que vise a problematização das questões pertinentes à vida das pessoas, fato que envolve a relação direta do conteúdo formal com o não formal, se apropriando da linguagem do seu cotidiano para levar as questões, incitando o pensamento crítico. O aluno, com a riqueza do seu próprio saber, seria incitado à criatividade e à consciência crítica, fundamentado assim no diálogo com a aprendizagem feita conjuntamente: Educar x Educando, e não simplesmente depositando o conteúdo na mente do aluno. Dessa forma, entende-se que o oprimido a partir do momento em que começa a criar a consciência e voz crítica, inicia a desconstrução das introjeções das ideias negativas como a estigma da pobreza, elevando-se a um outro patamar, entendido como o reconhecimento do valor de sua ação no mundo e do seu poder de transformação, mesmo que de forma modesta em seu dia a dia, mas compreendendo o seu valor como homem consciente do protagonismo de sua história.

Em continuidade aos conceitos relativos à educação, para Gohn (1999), a educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados, podendo em muitos casos ser associada a outros modelos de educação, como a social, a popular e a comunitária. Entendendo que o trabalho a ser desenvolvido pela equipe seria realizado em uma Ocupação com moradores que possuem diversos tipos de conhecimentos, experiências e vivências, estabeleceu-se que o conceito teórico que mais condiz com esta realidade e mais eficiente para o alcance do objetivo da equipe seria focado na educação não-formal.

Dessa forma, a equipe traçou uma estratégia que visava diluir esse formato de trabalho em quatro frentes de atuação: oficinas, ações educativas, circuito cultural e mão na massa. As oficinas surgem como necessidade da equipe em obter maiores informações sobre as demandas apresentadas pelo MSTB a RAU+E, de entender o território da Ocupação, junto com os moradores e de construir estratégias futuras de forma participativa.

As Ações Educativas surgem a partir da percepção dos residentes sobre a necessidade de trocar com os moradores conhecimentos sobre os temas trabalhados por cada integrante da equipe, isso ocorreu em consonância com um momento que a permanência deles no terreno passou a ser incerta<sup>9</sup>. Nesse contexto, as temáticas tinham o intuito de estimular os moradores a respeito da sua autonomia nos processos decisórios e fortalecer o discurso sobre o direito à terra e à moradia.

O Circuito Cultural tinha como intenção, abordar os conteúdos de maneira lúdica e leve, assim como houve a tentativa de atrair moradores que não participam das ações da equipe. Por fim, o Mão na Massa tinha como objetivo deixar algo concreto no território, a partir das demandas e desejos dos moradores. As oficinas ocorreram em três encontros, as ações educativas em quatro - abordando cinco temas, o circuito cultural em dois e houve um encontro para a atividade mão na massa.

## **5.1. OFICINAS**

### **5.1.1. Oficina - Cartografia**

A Oficina de Cartografia foi a primeira realizada pela equipe na Ocupação Guerreira Maria Felipa, foi construída em conjunto com Leonardo Stanziola, estudante da graduação em Arquitetura e Urbanismo que está desenvolvendo o seu Trabalho Final de Graduação (TFG) na Ocupação, orientado pela professora Thaís Troncon Rosa. O objetivo central foi o mapeamento das especificidades da Ocupação dentro dos temas (Habitação, Saneamento Básico, Geração de Trabalho e Renda, Espaços Comuns, Questões Urbanas, Regularização Fundiária) que seriam trabalhados pelos integrantes da equipe.

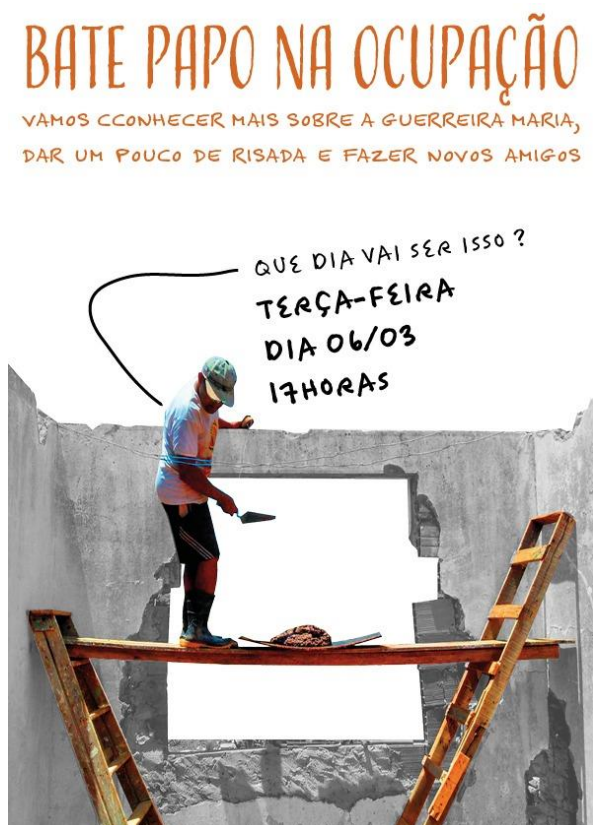
Para planejar a oficina, a equipe de residentes da RAU+E reuniu-se com Leonardo, para organizar e dividir tarefas. Utilizou-se imagens aéreas do Google para construção de mapas que ilustravam a configuração espacial da Ocupação. Para divulgar a oficina, foi criado um panfleto e entregue aos moradores (Figura 15).

---

<sup>9</sup> Detalhes acerca da questão não podem ser descritas no trabalho por ainda estarem em negociação e por existir possibilidade de prejudicar os moradores no processo.



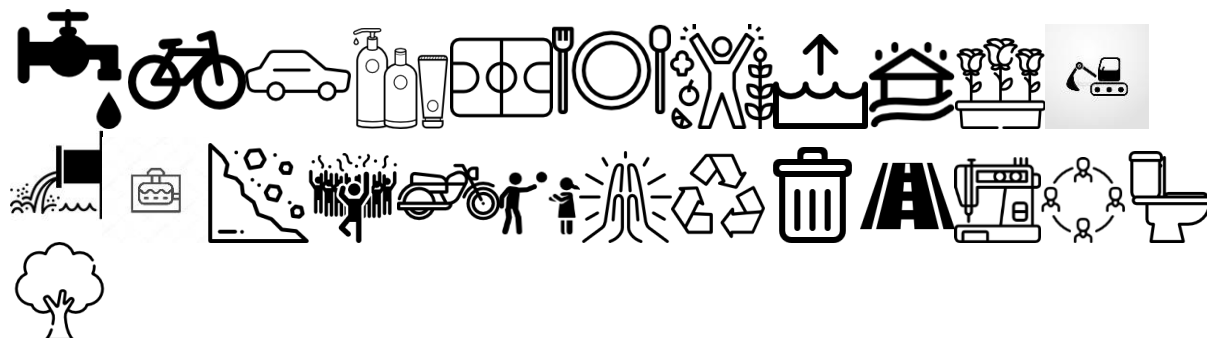
Figura 15 - Panfleto utilizado para divulgar a Oficina da Cartografia na Ocupação



Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

Foi planejado que a oficina começaria informalmente, com algumas comidas e bebidas, assim os moradores poderiam chegar aos poucos, se servirem e ao mesmo tempo familiarizar-se com o mapa da Ocupação exposto em uma mesa. A ideia era que identificassem a própria casa no espaço. Ao chegar um número razoável de moradores, a oficina foi dividida em dois grupos. Foram utilizados ícones para representar, as seguintes questões (Figura 16) relacionadas ao tipo de atividade remunerada desenvolvida, pontos de alagamento, infiltração, erosão, pontos de descarte de lixo doméstico e de construção, trechos de rua pavimentados, casas que possuem banheiro, fossa, horta, jardim, árvore e pontos de água. Outras questões foram relacionadas à locais de reunião, áreas utilizadas pelas crianças para brincar, locais que ocorrem festas e atividades religiosas, assim como os que mais gostam e acham mais agradáveis. Por fim, algumas questões se relacionavam com o meio de locomoção utilizado nas casas como carro, moto e bicicleta.

Figura 16 - Símbolos utilizados para representar as questões propostas na Oficina de Cartografia



Fonte: Flaticon, 2018.

Foram montadas duas mesas, que deram suporte aos lanches, aos mapas, e a uma lista com a numeração das unidades habitacionais de acordo com o mapa para que os moradores identificassem suas casas (Figura 17 e Figura 18).

Figura 17 - Mapa ilustrativo da configuração espacial da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Figura 18 - Aproximação de moradores com o mapa



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Na atividade havia uma média 40 pessoas, que foram divididas em dois grupos, um grupo identificou questões relacionadas ao saneamento e trabalho e renda (Figura 19) e o outro as questões relacionadas à arquitetura e ao urbanismo.

Figura 19 - Mesa com grupo das questões relacionadas à saneamento trabalho e renda



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Notou-se dispersão e saída de alguns moradores ao longo da atividade. O papel manteiga colocado sobre o mapa (Figura 20) e a falta de iluminação local dificultou para que alguns moradores enxergassem ou conseguissem se localizar no espaço, principalmente em um dos mapas que não possuía a numeração das casas. Essa dificuldade limitou a participação das pessoas.

Figura 20 - Marcação feita sobre o papel manteiga na Oficina da Cartografia



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Esses dados foram compilados pela equipe, e serviu para iniciar a construção do diagnóstico da Ocupação Guerreira Maria Felipa, complementado posteriormente pela atualização do Cadastro Socioeconômico e de visitas técnicas.

### **5.1.2. Oficina - Moradia é só casa?**

A Oficina intitulada “Moradia é só casa?” foi pensada seguindo uma metodologia interativa, focando na troca do saber vivido em contraponto ao que é previsto como direito pela legislação, e uma metodologia reflexiva, pois foi avaliado de forma coletiva os resultados obtidos, permitindo o esclarecimento sobre o conceito de moradia para além do espaço físico da casa, chegando ao entendimento do que seria o direito à cidade. Como suporte para construção desta oficina, foi utilizada a Tabela da Cesta Básica do DIEESE para a

Região 2, da qual o estado da Bahia faz parte, como referência para identificar os gastos básicos de uma família<sup>10</sup> (Figura 21).

Figura 21 - Itens da Cesta Básica segundo o DIEESE por região

**Tabela de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399**

<b>Alimentos</b>	<b>Região 1</b>	<b>Região 2</b>	<b>Região 3</b>	<b>Nacional</b>
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

**Fonte:** Decreto Lei nº 399 de 1938. Quadro anexo. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

**Obs.: Região 1** - Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.

**Região 2** – Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

**Região 3** - Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

**Nacional** - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Fonte: DIEESE, 2016.

Esta metodologia consistiu na apresentação dos itens da cesta básica em duas cartolinas, iniciando as discussões em torno tanto dos alimentos indicados pela Tabela do DIEESE, como de outras despesas essenciais citadas pelos moradores no momento da Oficina como lazer, higiene, transporte, medicamentos, merenda das crianças, gás de cozinha e material de limpeza. Dessa forma, foi montado, de modo coletivo e interativo, o valor final equivalente às despesas mensais de uma família.

A dinâmica transcorreu por meio de questionamentos direcionados aos moradores presentes na Oficina no que se refere ao preço dos alimentos. Os dados foram registrados na cartolina para que ao término, fossem somados aos outros gastos essenciais, citados anteriormente. Dentre os gastos essenciais, os valores de despesas com material de limpeza, merenda para crianças, medicamento e lazer, foram somados valores médios apresentados pelos moradores, por exemplo, alguns moradores falaram que tinham um gasto de R\$50,00, outros de R\$100,00 e outros de R\$150,00 com a merenda das crianças,

<sup>10</sup> O DIEESE considera, para o estabelecimento dos cálculos, que uma família é formada por dois adultos e duas crianças.

para o cálculo foi então adotado o valor médio, R\$100,00. Para o gás de cozinha foi utilizado o valor de 1 botijão de gás por mês, considerando que alguns moradores afirmaram gastar mais e menos que isso por mês a depender da quantidade de moradores na casa e das atividades remuneradas desenvolvidas. Para o transporte, o valor utilizado foi de 40 transportes por mês cuja tarifa é R\$3,70, totalizando R\$148,00, isso levaria em conta que um membro da família faria duas viagens por dia, cinco dias por semana. O vestuário foi apontado como um item importante, porém não foi possível chegar a um valor médio que satisfizesse os moradores presentes, já que os que foram apresentados, eram muito díspares e que alguns moradores apenas acessam o vestuário por meio de doações. Este somatório representou o orçamento final das despesas básicas para uma família viver com dignidade.

Ao final chegou-se à conclusão de R\$997,49, na perspectiva de mercados grandes e R\$831,45 para os mercados pequenos, destacando que neste montante consta a somatória dos gastos da Cesta Básica e das outras despesas essenciais (Figura 22). Uma questão pontuada pelos moradores foi a grande dificuldade de acesso a aquisição de alimentos em mercados grandes em função da distância.

Figura 22 - Tabela construída com os moradores com base na tabela do DIEESE

ALIMENTOS	Mercado Pequeno	Mercado Grande	TOTAL
Cesta Básica			183,45   349,46
45kg Carne	12,00	15,00	Salário Mínimo
6l Leite	3,70	4,00	R\$ 954,00 19 % 36 %
45kg Feijão	3,50	3,00	Outras Despesas Essenciais
36kg Arroz	2,50	2,35	Material Limpeza (casa e pessoal) - 120,00
3kg Farinha	4,00	5,00	Merenda (criança) - 100,00
12kg Legumes (tomate)	2,00	3,00	Transporte - 148,00
6kg Pão Francês	8,00	12,00	Gás de Cozinha - 80,00
300g Café em pó	4,00	5,00	Medicamento - 50,00
90unid. Frutas (Banana)	3,00	5,00	Lazer - 150,00
3kg Açúcar	2,00	2,50	Vestuário
750gr Banha/Oleo	3,20	3,00	831,45 → Mercado Pequeno
750gr Manteiga	2,50	2,00	3.795,24
			997,49 → Mercado Grande

Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Isto posto, refletiu-se sobre o impacto direto deste orçamento na realidade das famílias. Concluiu-se que o salário mínimo não seria suficiente para se ter acesso às necessidades básicas garantidas na CF/1988, presentes no artigo 6º, que versa sobre os direitos sociais, e no artigo 7º, inciso IV, que define que o valor do salário mínimo deva ser capaz de atender as necessidades vitais básicas, entre elas, alimentação, moradia, saúde, lazer, higiene, transporte, previdência social, entre outras. A impossibilidade de acessá-los tem como consequência a negação do Direito à Cidade e à Moradia. É importante ressaltar que os custos para formalização da Ocupação não foram incluídos no cálculo realizado, à exemplo de prestações cobradas em casa de inclusão em Programa Social, taxas de água, esgoto, luz e IPTU, o que dificultaria ainda mais o acesso aos direitos sociais considerando a renda que possuem.

Figura 23 - Oficina Moradia é só Casa?



Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

Iniciando outro ciclo de discussões, questionou-se soluções a serem adotadas para resolver a problemática. Várias intervenções foram feitas pelos moradores, podendo ser destacado: pensar a renda de maneira coletiva, promover formas de trabalho para auxiliar na complementação da renda, comprar máquinas de costura, unir e organizar habilidades dos profissionais a fim de viabilizar a execução das ideias. Outras soluções foram a necessidade de formação, aprendizado e compartilhamento do conhecimento, além do Casarão como

espaço com potencial para sediar a capacitação e a realização das atividades de Trabalho e Renda, dando a este Espaço Comum um caráter multiuso (Figura 23).

Ao final da discussão, os moradores demandaram que houvessem atividades que abrangessem os temas: usos e melhorias construtivas para o Casarão, a necessidade de se criar uma Associação e o conceito de Cooperativa. Sendo assim, foi feita uma votação para definir qual a prioridade a ser discutida na semana seguinte, em uma oficina extra. O tema escolhido pelos moradores foi o Casarão.

### **5.1.3. Oficina O que Queremos para o Casarão?**

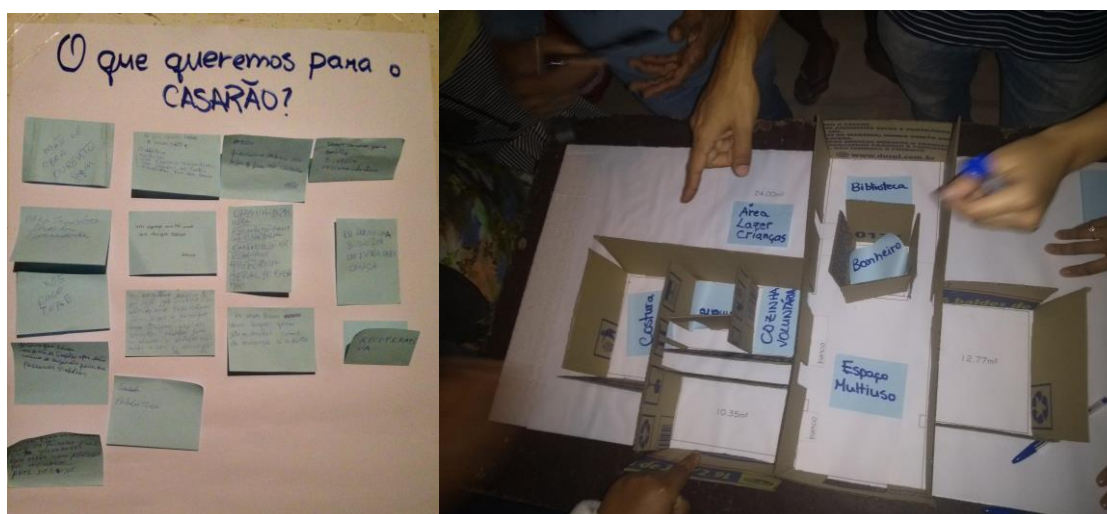
No início da Ocupação, os moradores encontraram uma construção em alvenaria deteriorada pelo tempo e falta de manutenção, sem cobertura, portas e janelas e com paredes comprometidas, que chamam de Casarão. Com o passar dos meses, diversos mutirões de reforma foram realizados, foi feita a instalação de metade da cobertura, das esquadrias, de algumas portas e janelas, além do conserto de paredes em alguns cômodos. A Ocupação contou com doação de parte do material necessário para o andamento da reforma, porém, “Iara”, e os responsáveis por sua execução encontraram dificuldade de mobilizar um número maior de moradores para colaborar nas atividades e as concluir.

Como mencionado anteriormente, esta Oficina foi demandada pelos moradores com o objetivo de discutir as possibilidades de usos para cada cômodo do Casarão e de incentivar a mobilização para continuação na reforma do mesmo. Inicialmente este Espaço Comum era visto por parte do Movimento, da liderança e dos moradores como uma potencial área coletiva, para desenvolvimento de atividades geradoras de trabalho e renda, realização de reuniões, encontros e aulas.

No início da atividade foi feita a distribuição de *post its* para que os moradores escrevessem que tipo de uso eles imaginavam para o Casarão. Os *post its* foram colocados em uma cartolina para visualização de todos e agrupados por tema para serem discutidos. Depois das ideias serem filtradas e aprovadas pela maioria, os usos definidos foram espaços para biblioteca, costura, artesanato, lazer para crianças, cozinha comunitária e sanitários, além de um espaço multiuso. No passo seguinte, utilizou-se uma maquete do Casarão para auxiliar na discussão do cômodo em que aquele uso se adaptaria melhor (Figura 24).



Figura 24 - Materiais usados na Oficina O que queremos para o Casarão?



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Como encaminhamento, alguns presentes na reunião ficaram responsáveis em fazer uma lista com nomes e contatos de moradores que tinham experiência em construção que normalmente não participam das reuniões e não contribuem para o trabalho coletivo para viabilizar a reforma do Casarão. A equipe de residentes entrou em contato com eles com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância em participar das atividades, além de perceber o interesse e identificar disponibilidade dos mesmos.

Em decorrência da Oficina, foram desenvolvidos dois mutirões, para a reforma do casarão durante o período de um mês. O primeiro foi bem-sucedido com participação expressiva dos moradores. O segundo apresentou certa dificuldade de ocorrer, pois os moradores apresentaram-se dispersos e sem motivação. A situação foi contornada pela equipe que contribuiu para que todos se reunissem novamente e empreendessem esforços para concluírem as metas propostas para o dia.

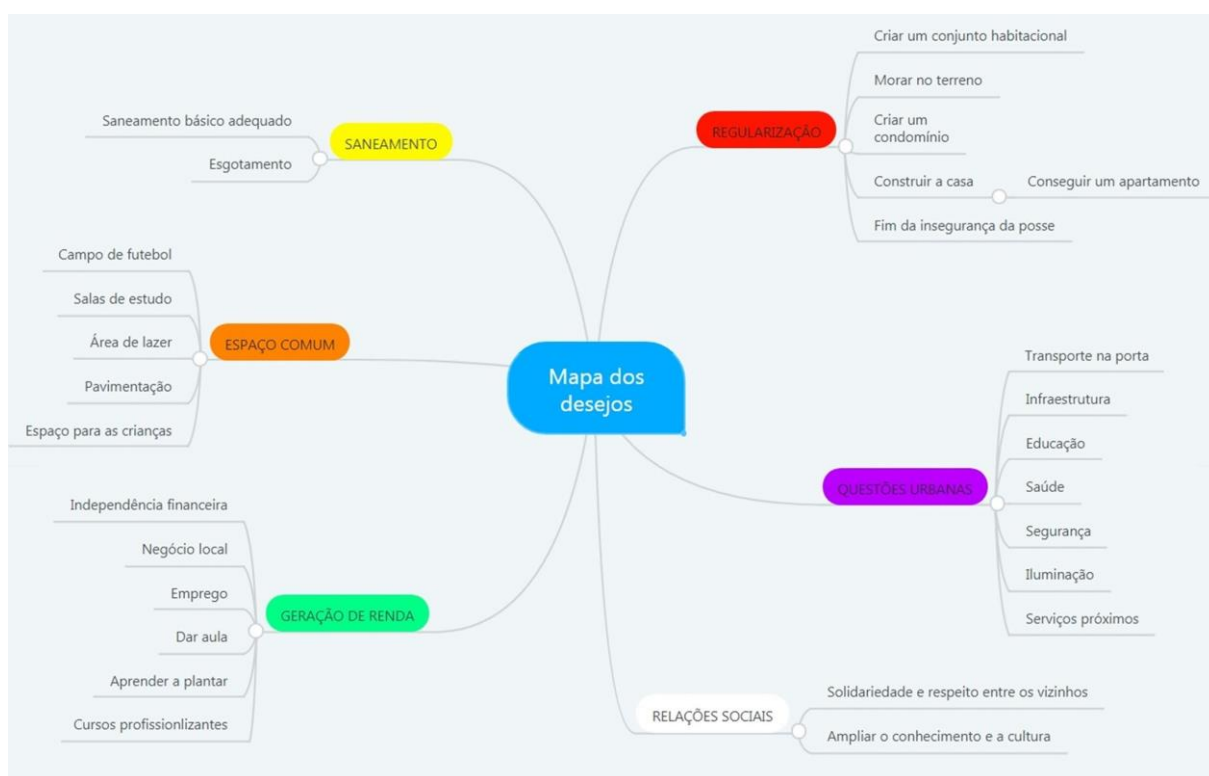
#### **5.1.4. Ações Educativas - Vamos Pensar juntos?**

As Ações Educativas tiveram como objetivo ampliar os conhecimentos relativos aos temas: Saneamento Básico, Espaços Comuns, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Geração de Renda, a partir de apresentações de referências e discussão junto aos moradores buscando soluções alternativas adequadas à realidade da Ocupação. As ações foram norteadas pelo princípio da educação não-formal, que está ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam adultos ou crianças.

Considera-se que o desenvolvimento das ações educativas resultou na formação e capacitação não somente dos moradores como também dos profissionais da equipe de trabalho, que ampliaram o campo de conhecimento de suas áreas técnicas e das demais áreas.

Os temas discutidos com os moradores foram estabelecidos a partir das respostas obtidas com a atualização do cadastro socioeconômico, realizada nos meses de abril e maio de 2018. Um dos questionamentos estava relacionado aos sonhos dos moradores, o que originou o mapa dos desejos (Figura 25), fruto da compilação destes sonhos por eixo de trabalho dos residentes, e um sexto aspecto que abrange todos os eixos: relações sociais. Percebeu-se que em função da negação dos direitos sociais básicos, para os moradores o acesso a eles é tido como um sonho.

Figura 25 - Mapa dos Desejos



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

A partir de tal compilação, decidiu-se realizar uma oficina tendo como objetivo introduzir conhecimentos relativos aos temas trabalhados pela equipe de profissionais residentes, discutindo com os moradores alternativas, com intuito de sensibilizá-los e aumentar o repertório, estimulando debates a partir da educação não-formal.

Inicialmente pensou-se em realizar uma oficina com a divisão de 5 grupos, onde cada profissional conduziria a discussão em torno dos assuntos elencados ao seu eixo de trabalho e posteriormente os moradores iriam compartilhar com os demais grupos os resultados da discussão de seus respectivos grupos.

### **a) Ação Educativa Saneamento**

A oficina foi programada para ocorrer no dia 26/07/2018, contando como recurso fotos ilustrando os assuntos do mapa dos desejos. No dia, percebeu-se uma quantidade pequena de participantes inicialmente, inviabilizando a ideia de dividi-los em 5 grupos. Sendo assim, optou-se por realizar uma Ação Educativa com todos os moradores presentes discutindo sobre cada tema isoladamente, a primeira ação foi sobre Saneamento Ambiental. Como resultado, a Ação programada para acontecer em um encontro com duração de 2h reverberou em mais 3 encontros, sendo discutidos os demais temas de forma individual (Espaços Comuns, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Geração de trabalho e renda) totalizando 5 Ações Educativas, condensadas em um total de quatro encontros.

Figura 26 - Moradores na Ação Educativa de Saneamento



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

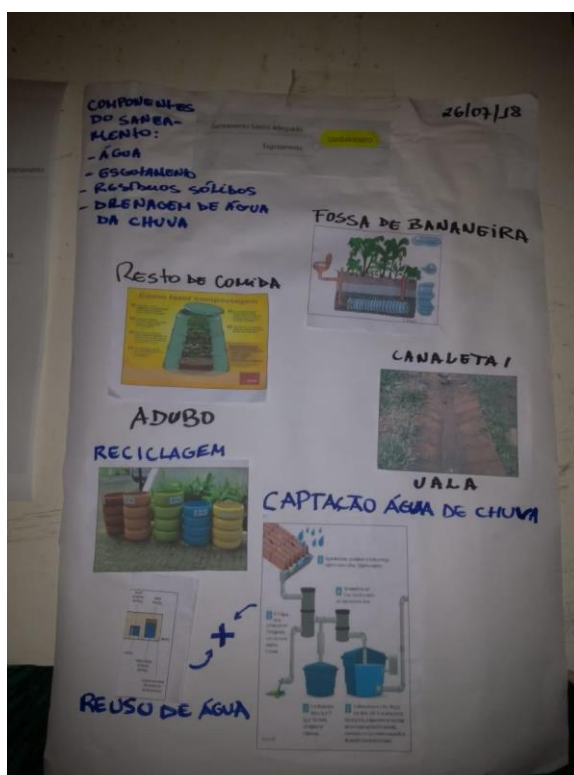
A discussão sobre Saneamento Ambiental foi iniciada com a introdução do conceito de saneamento básico e seus componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário,

manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais. Discutiu-se acerca das alternativas de tratamento de esgoto com ilustrações dos tipos de fossa (séptica, seca, tanque de evapotranspiração - bananeira). Quanto à drenagem das águas pluviais apresentou-se tais alternativas: canaleta de tijolos, sumidouro e captação da água de chuva, tanto como alternativa de reduzir o escoamento superficial no terreno, quanto para reuso da água. Outra alternativa apresentada foi o reuso das águas servidas (águas cinzas - pia da cozinha e do banheiro, água de banho e lavagem de roupas) para usos menos nobres (Figura 26 e Figura 27).

Quanto aos resíduos sólidos, discutiu-se acerca dos aterros sanitários, sobre como as empresas ganham por tonelada coletada e disposta, sobre a coleta seletiva como forma de diminuir a quantidade de resíduos descartado e o princípio da Lei nº 12.305/2010 sobre não gerar, reduzir, reutilizar e reciclar. Como há moradores que trabalham com coleta de recicláveis iniciou-se a discussão sobre potencializar tal trabalho com a implementação da separação seletiva na Ocupação.

Discutiu-se também sobre a encosta, onde foram apresentadas ilustrações de vegetação que podem ser plantadas na encosta, assim como as que não são recomendadas. Falou-se também nos cuidados em construir próximo ao limite das encostas, e as distâncias recomendadas.

Figura 27 - Resultados da Ação Educativa de Saneamento



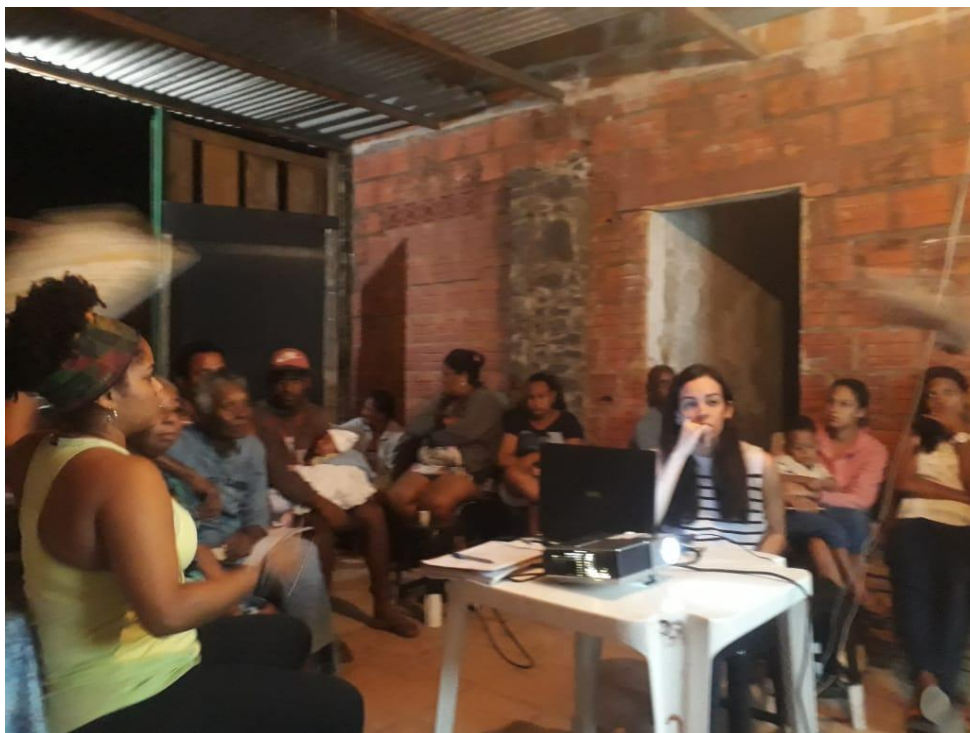
Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

A discussão resultou na produção de um cartaz com as alternativas mais aceitas pelos moradores: composteira, coleta seletiva, fossa bananeira, uso da água de chuva e reuso das águas cinzas e a canaleta de tijolos para drenagem das águas pluviais e residuárias.

## **b) Ação Educativa Espaços Comuns**

A ação educativa, ocorreu no dia 02/08/2018 com a participação de 30 pessoas, a atividade foi pensada levando em consideração o mapa dos desejos, compilado por meio do cadastro, onde muitos moradores trouxeram a necessidade de espaços de lazer para as crianças. Para introduzir o tema foi falado dos aspectos que formam o desenho urbano (os lotes, as calçadas, as ruas) e como um conforma o outro, da relação do lote com o espaço de uso comum/ coletivo, da importância de respeitar os limites do lote da casa, para garantir o espaço público da rua, e de reservar áreas para o uso coletivo (Figura 28).

Figura 28 - Ação Educativa Espaços Comuns



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Pensando no desejo dos moradores e na importância de garantir esses espaços comuns, foram mostrados exemplos de praças e brinquedos infantis feitos com materiais alternativos, como pneus e *palletes*. Ao visualizarem que eram alternativas práticas que poderiam ser executadas na Ocupação, os moradores manifestaram a vontade de executar ao lado do

Casarão, em uma área que muitos costumam sentar pra conversar e as crianças gostam de brincar, algo inspirado nos exemplos mostrados. A partir desse interesse foi idealizada a oficina mão na massa, para executar de forma coletiva mobiliários para potencializar o uso deste local.

### **c) Ação Educativa Regularização Fundiária**

Para esta atividade, que ocorreu no dia 02/08/2018, contou com a participação de 30 moradores da Ocupação. Tinha como objetivo explanar e discutir sobre os conceitos específicos que envolvem o tema da regularização fundiária, contudo, mediante a grande abrangência deste conteúdo e a complexidade dos termos técnicos, esta atividade procurou destacar de maneira didática alguns dos tópicos emergentes do mapa dos desejos, os resultados coletados do cadastro socioeconômico (Figura 29).

Figura 29 - Ação Educativa Regularização Fundiária



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Seguindo o padrão das oficinas anteriores, com o uso do *Power Point*, a exposição contou em um primeiro momento com uma apresentação discursiva de ilustrações que visavam ampliar o repertório dos moradores e esclarecer sobre o entendimento do que venha a ser uma regularização fundiária, e de quais são as suas implicações na cidade. Por meio dessa abordagem, foi possibilitado o entendimento sobre os aspectos estruturais e funcionais das cidades, partindo da escala macro à micro, trazendo os conceitos de cidade formal e

informal, intervenções urbanísticas de baixo custo a alto custo, principalmente em áreas públicas, e ou de ocupações já consolidadas, tanto no Brasil, como em outros locais como Bogotá e Medellín na Colômbia.

Além destes pontos, foi importante esclarecer quais as diferenças entre conjuntos habitacionais e condomínios abertos e fechados, a influência da legislação e dos pontos que a mesma evidência pertinentes aos processos de regularização fundiária, comentando de forma sucinta e breve sobre a importância do Plano Diretor de Salvador revisado em 2016, evidenciando o seu conceito, bem como sua aplicabilidade e interferência na produção das Cidade. O uso de exemplos serviram para demonstrar realidades similares às da Ocupação, evidenciando em alguns casos como em São Bernardo do Campo o protagonismo de alguns dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que discutem o Direito à Cidade no atendimento da função social da propriedade evidenciando e reforçando o papel principal da união das pessoas inseridas nessas lutas e reforçando o propósito da luta dos moradores na Ocupação atual em que residem.

Em um segundo momento fora apresentado a maquete da Ocupação que se mostrou útil para o entendimento do terreno, das limitações e disposição dos lotes, evidenciando a necessidade da criação de acordos de vizinhança, no intuito de criar um senso de organização espacial que vise o respeito às regras de convivência e de bem estar equânime para todos, na tentativa de simular a aplicabilidade e o funcionalismo quando está expressa pelos termos das Leis: nº 6.766/1979 - Lei do Zoneamento do Uso do Solo, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Lei nº 9.069/2016 e no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, no Artigo 71, Título III, Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – Lei nº 9.148/2016.

Na sequência da apresentação, a mostra de ilustrações serviu para tornar evidente e esclarecer para os mesmos localidades e os diversos formatos. Neste momento não se discutiu sobre estratégias e possibilidades de regularização da Ocupação, elas foram tratadas posteriormente quando houve tentativa de formação de comissão<sup>11</sup> com alguns moradores.

---

<sup>11</sup> Comissão foi criada com o intuito de buscar e discutir alternativas para Regularização Fundiária da Ocupação Guerreira Maria Felipa, informações mais detalhadas estão no trabalho “Conhecer para Resistir: Ações Educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa proposições para Regularização Fundiária”.

#### **d) Ação Educativa Questões Urbanas**

Na Ação Educativa das Questões Urbanas, que ocorreu no dia 07/08/2018 e contou com a presença de 31 participantes, foram utilizadas a apresentação em Power Point e o projetor como recurso para explicação dos temas: saúde, educação, segurança, iluminação, infraestrutura, transporte e serviços (Figura 30).

Figura 30 - Ação Educativa Questões Urbanas



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No jogo de slides preparado foram utilizadas ilustrações e informações sistematizadas sobre os direitos deles para estimular o debate. O objetivo é que passassem a enxergar a relação entre moradia, espaço urbano e a busca por seus direitos.

Nos temas de saúde, educação e transporte o foco para a apresentação foi no fornecimento de informações relacionadas aos serviços que os moradores têm direito, onde podem acessá-los e onde podem solicitar e reclamar, conversando com os moradores sobre tais iniciativas.

Em relação à saúde tratou-se dos Distritos Sanitários no município de Salvador, que eles são uma estratégia de construção do SUS no Município, além de ser um território menor que facilita o planejamento e a gestão e que eles estão situados no Distrito Sanitário de Itapuã. Também foram mencionados os tipos de unidades, os serviços prestados, o público



atendido e os dias e horários de funcionamento. Ao final, os serviços de emergências foram citados e foi questionado aos moradores se sabiam em que situações deveriam chamá-los.

Como o tema Educação também seria tratado na Ação Educativa de Geração de Renda, em questões urbanas foi falado sobre a divisão da gestão por nível entre a Prefeitura Municipal de Salvador e Governo do Estado da Bahia. Em seguida foi mostrado o mapeamento feito com base no Cadastro Socioeconômico realizado na Ocupação, sendo nesse momento discutida a distância até as escolas e a dificuldade que isso impõe às famílias, tanto em relação a custos quanto a tempo para deslocamento. Por fim, foi falado das duas escolas mais próximas, as Escolas Municipais Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas, sendo a primeira uma conquista obtida pelos moradores que residem no Conjunto Bosque das Bromélias, e que até o momento atendem as demandas para os estudantes até o 8º ano do Ensino Fundamental.

Os temas segurança e iluminação, foram tratados em conjunto. Inicialmente, foram mostradas duas imagens de ruas sem movimentação de pessoas e com muros altos em ambos os lados. Perguntou-se aos moradores se sentiriam inseguros ao andar por essas ruas. Foi questionado como se sentiriam dentro dos muros, muitos disseram que sentiriam-se seguros. Em seguida, pediu-se que imaginassem uma situação em que estivessem dentro dos muros, e caso ouvissem um barulho fora dele e não tivessem como enxergar o que houve. O questionamento foi repetido e nesse momento alguns moradores disseram que prefeririam ter algum tipo de muro com abertura mínima para que pudessem visualizar o que ocorresse na rua.

As imagens seguintes mostravam ruas que se adequam aos conceitos apresentados por Jane Jacobs (2011) e Jan Gehl (2018) de ruas vivas, olhos na cidade e escala humana. Enquanto alguns moradores disseram que se sentiriam mais seguros andando nessas ruas, outros afirmaram que não relacionam grande quantidade de pessoas em um espaço com segurança e compararam a quando vão à Av. Sete de Setembro, no Centro da Cidade de Salvador. A insegurança em ruas menos movimentadas está relacionada à possibilidade de roubo, estupro, sequestro, violências que costumam ocorrer em locais que não possuem, como chama Jacobs (2011), “olhos na rua”. Enquanto isso, nas ruas mais movimentadas, como a avenida citada pelos moradores, a insegurança se relaciona principalmente a furtos, quando é preciso ter atenção com as bolsas, carteiras e outros pertences.

Quanto à Iluminação, foi utilizada novamente uma imagem de referência que mostrava uma rua com pouca iluminação e foi feito o comparativo entre a baixa iluminação e a segurança. Em seguida foram mostradas imagens da disposição dos postes na Ocupação e

comparadas ruas onde os postes possuem lâmpadas e as que não possuem. Por fim, foram mostradas ruas com uma boa distribuição dos postes e, conseqüentemente, bem iluminadas.

Com relação a infraestrutura foi questionado primeiro o que eles entendem por infraestrutura e muitos relataram ser a pavimentação, as redes de drenagem e esgotamento sanitário e postes de iluminação. Foi falado então que representa esse sistema de infraestrutura e também foram tratadas outras infraestruturas como transporte, educação, saúde.

Com relação a transporte foi iniciado falando da pirâmide inversa do tráfego, comparando-a com a realidade que vivem e como deveria ser. Em seguida foram mostradas imagens que comparam cruzamentos onde a prioridade são os veículos motorizados individuais e outras que as prioridades são os pedestres, ciclistas e meios de transportes coletivos. Nesse momento também foi feita a tentativa de relacionar as percepções que na maior parte pertencem ao segundo grupo (pedestres, ciclistas e usuários de transportes individuais) com relação a oferta, qualidade do que eles têm acesso e sensação de segurança. Referências de outras cidades e países foram trazidas para que pudessem ver outros cenários. Por fim, foi falado rapidamente do Plano de Mobilidade Sustentável de Salvador, em fase de finalização na época da Ação Educativa. Ficou claro que os moradores não sabiam o que era o Plano, sua importância, nem ouviram falar das audiências públicas realizadas para a sua elaboração. Pontuamos algumas ações específicas previstas no Plano como a substituição do trem do Subúrbio pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e da construção do que estão chamando de VLT Metropolitano, que está previsto para ir do Aeroporto até Simões Filho passando pelo bairro de São Cristóvão e em seguida pela BR-526 Cia/Aeroporto. Para eles não ficou claro por qual parte da BR-526 passaria o VLT. Também foram passados números que poderiam entrar em contato com a Integra (consórcio do transporte de ônibus de Salvador) e com a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob).

Para tratar de serviços foi utilizado o mapeamento mostrado no seminário interno II de serviços existentes no entorno, nesse momento foi questionado quais eles acessam ou não e por quais motivos. Também foi ressaltada a iniciativa de alguns moradores de suprir a falta de serviços empreendendo dentro da própria Ocupação.

Ao final desta Ação Educativa, os moradores mostraram que entenderam quais eram os seus direitos, também entenderam qual a diferença entre os serviços estaduais e municipais e porque não podem acessar alguns (geralmente os da rede municipal) em outros

municípios, uma constante na região que vivem, de divisa com Lauro de Freitas e Simões Filho.

Ficou clara a relação de dependência dos moradores para com “Iara”, deixando a encargo da mesma em encontrar soluções para suas questões e não em tomar a iniciativa de se organizarem como coletivo para tal. Também se nota o uso dessa centralização de ações e iniciativas pela liderança como forma de controle e poder.

Eles demonstraram interesse em entender mais sobre determinados assuntos, como os cursos profissionalizantes e sobre atendimentos de saúde.

### **e) Ação Educativa Geração de Renda e Trabalho**

A ação educativa sobre geração de trabalho e renda, ocorreu no dia 14/08/2018 e contou com presença de 23 moradores. Foram utilizadas a apresentação em Power Point e o projetor como recurso para explanação dos temas: formação escolar básica, cursos de formações profissionais, Benefícios previdenciários, cooperativa e Microempreendedor Individual (MEI). Nos slides produzidos foram utilizadas imagens, textos com conteúdos sobre cada tema, informações compiladas e perguntas com objetivo de estimular debates para melhor compreensão dos assuntos (Figura 31).

Figura 31 - Ação Educativa Geração de Renda



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No que se refere à formação escolar básica, falou-se sobre a importância da continuidade desta como pré-requisito para acessar cursos profissionalizantes e o mercado de trabalho formal. Foi citado como forma de exemplificar a questão, o Centro Estadual de Educação Profissional em Tecnologia, Informação e Comunicação, localizado no Município de Lauro de Freitas, unidade mais próxima da Ocupação, que oferece cursos de educação básica e profissionalizante tais como: Programa de Educação Jovens e Adultos (PROEJA) - Educação básica concomitante ao profissionalizante para jovens e adultos que não concluíram o ensino médio, Educação Jovens e Adultos (EJA) - educação básica, e Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (PROSUB) - para aqueles que concluíram o ensino médio.

Outro tema abordado foi relacionado aos cursos de formação profissional e a sua importância para valorização no mercado de trabalho formal. Apresentou-se critérios, períodos e algumas instituições que ofertam os cursos gratuitos, presenciais e a distância. Discutiu-se sobre a viabilidade de realização de cursos internos, ministrados pelos próprios moradores da Ocupação a partir de suas experiências e habilidades baseadas na profissão que o mesmo exerce. Os cursos internos foram almejados para serem realizados no casarão, espaço comum utilizado para atividades coletivas.

No que tange aos Direitos Previdenciários foram apresentadas as possibilidades de acesso, tipos de benefícios e critérios, conforme identificação do perfil dos possíveis beneficiários.

Foi abordado sobre as possibilidades de trabalhos autônomos na Ocupação a partir das habilidades e potencialidades existentes entre os moradores, como forma de garantir o acesso a renda, assim como complementar a mesma, como por exemplo vendas, construção civil, trabalhos manufaturados e coleta de resíduos. Com intuito de informá-los sobre a possibilidade da formalização o trabalho autônomo, apresentou-se o Microempreendedor Individual (MEI) e seus benefícios. Após a Ação Educativa ouviu-se relato de uma moradora que trabalha de maneira autônoma e que formalizou por meio do MEI.

Discutiu-se sobre o conceito e funcionalidade de uma Cooperativa. O tema decorreu de uma alternativa sugerida pelos moradores, do desejo em se organizarem e buscarem formas coletivas de geração de trabalho e renda. Após falar sobre o conceito de cooperativa, foi discutido com eles se esta seria uma alternativa viável para atender aos seus interesses. Os moradores consideraram que esta pode ser construída, desde que seja fortalecida a união dos que têm interesse de participar da cooperativa.

Diante da realidade dos moradores e da possibilidade de acessar serviços públicos e equipamentos sociais, falou-se sobre a importância de manterem os documentos pessoais atualizados e bem conservados. Outra questão abordada foram os meios pelos quais podem ter acesso ao comprovante de residência, sendo estes em associações de moradores, e instituições religiosas - desde que possuam CNPJ e carimbo - e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Dentre os resultados extraídos desta Ação Educativa estão as falas dos moradores, que reforçam a importância do curso profissionalizante para se especializar em uma determinada área e, assim, obter mais sucesso na busca por um trabalho. Alguns moradores se interessaram por maiores informações de como adquirir o MEI. A liderança informou ter feito aquisição de máquina de costura industrial com interesse em iniciar trabalho autônomo. Os moradores concordaram que ter acesso ao conhecimento traz benefícios para a vida pessoal, profissional e amplia a possibilidade de trabalhos, emprego e renda.

### **5.1.5. Circuito Cultural**

Dando seguimento às ações de educação não-formal, a equipe após experimentar no território as metodologias descritas anteriormente, percebeu a importância de trazer o lúdico como forma de dar leveza às discussões e de engajar mais moradores a participarem das atividades propostas. Pensou-se em levar música, cinema e arte para a Ocupação Guerreira Maria Felipa como uma forma de sensibilizar e estimular o acesso à cultura, já que na Ocupação poucos desenvolvem atividades ligadas à arte.

#### **a) Música**

O formato utilizado para o desenvolvimento da atividade do Circuito Cultural - Música foi inspirado no Swing & Prosa realizado pelo Grupo Participa Salvador em 2015 no bairro Engenho Velho da Federação. Foram definidos temas, músicas e perguntas para a discussão que tem relação com o contexto vivido pelos moradores da Ocupação (Figura 32).

Figura 32 - Banda do Circuito Cultural Música



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

As músicas selecionadas permeiam diversos gêneros e períodos, a fim de garantir que os presentes tivessem identificação com elas. Considerando que as atividades geralmente ocorrem em um período de duas horas, foi definido um total de seis músicas e tempo máximo de 20 min para tocar e debater sobre os conteúdos. Elas foram:

- Xibom bombom - As meninas
- Nos Barracos da Cidade - Gilberto Gil
- Deixa o menino jogar - Natiruts
- Cidadão - Zé Geraldo e Renato Teixeira
- Alagados - Paralamas do Sucesso
- Firme e Forte - Psirico

A atividade ocorreu no dia 04 de setembro de 2018 e contou com a presença de 13 participantes<sup>12</sup>. Foram convidados o Urbanista Adam Martem e o Professor e Arquiteto Urbanista João Maurício para formarem a banda junto com Rodrigo Machado, membro da equipe. Houve um imprevisto para a chegada da equipe na Ocupação e a atividade programada para começar às 19h, teve início apenas às 20h, por conta disto, foi possível

---

<sup>12</sup> Por conta de conflitos ocorridos na Ocupação e do atraso da equipe, houve desmobilização dos moradores interferindo na quantidade de participantes normalmente presentes nas atividades desenvolvidas pela equipe.

tocar e debater apenas as três primeiras músicas pensadas anteriormente e uma quarta sugerida pelo professor João Maurício, a música Lute de Edson Gomes.

Com a apresentação das músicas sugeridas pelo grupo, discutiu-se acerca do acesso à direitos e bens de consumo conquistados em função da política governamental a partir do ano de 2003, segundo fala dos ocupantes. Os moradores também trouxeram questões sobre a importância do voto eleitoral e dos representantes políticos que são escolhidos por meio dele e como isso pode diminuir a desigualdade entre as classes sociais.

A educação foi mencionada por alguns moradores como um instrumento de luta para solucionar os problemas sociais, a exemplo, o investimento na educação das crianças como contribuição na construção de um futuro mais justo no País. Foi feito um contraponto entre os direitos que temos garantidos nas leis vigentes e a necessidade de se lutar para acessá-los. Para os moradores a luta não deve se limitar ao âmbito individual, mas sim ao coletivo, como é realizado na Ocupação Guerreira Maria Felipa. Alguns moradores também falaram sobre a necessidade de lutar e pensar a coletividade além dos familiares e vizinhos, abrangendo a todos cidadãos que estão na mesma situação (Figura 33).

Figura 33 - Lateral do Casarão com citação de moradora da Ocupação



Fonte: REIS, 2018; Elaborado pela equipe, 2018.

A atividade foi de grande relevância, despertando o interesse dos moradores presentes, que a consideraram uma maneira leve de finalizar o dia, mesmo debatendo sobre temas que retratam a difícil realidade vivenciada. Ao final sugeriram que mais atividades do mesmo caráter fossem realizadas.

## b) Cinema

A primeira sessão de Cinema ocorreu no dia 11 de setembro de 2018 e contou com a presença de 21 (vinte e um) participantes. Considerando a importância dos temas ambientais para a realidade da Ocupação Guerreira Maria Felipa, foram escolhidos 7 pequenos curtas, com duração média de 2 minutos cada, elaborados pelo Instituto Akatu disponíveis na plataforma do YouTube, chamados de Consciente Coletivo (Figura 34 e Figura 35). Os vídeos apresentam discussões relativas ao consumo consciente, disponibilidade e utilização dos recursos naturais, como as relações e ações coletivas interferem positiva e negativamente no meio ambiente e ao final apresentam ações coletivas e individuais que auxiliam a preservação do meio ambiente.

Figura 34 - Imagem da animação Consciente Coletivo Instituto Akatu



Fonte: CONSCIENTE..., 2010.



Figura 35 - Exibição do filme no Circuito Cultural Cinema



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A partir da exibição dos vídeos, discutiu-se sobre a importância da sensibilização e conscientização quanto às questões ambientais e sobre os impactos das ações antrópicas no ambiente, seja negativa ou positivamente. Temas como consumo consciente de bens e serviços, água e energia foram abordados, bem como o processo produtivo desses bens, do abastecimento e tratamento da água e como ela chega encanada para consumo, e a produção energética.

Ao final, a série de vídeos traz alternativas de boas práticas que auxiliam na manutenção positiva do meio ambiente e reforça a importância de uma ação em cadeia, com participação de todos.

### **5.1.6. Mão na Massa**

A atividade, que foi intitulada Mão na Massa, foi pensada para que algo fosse construído na Ocupação, sendo que os moradores demonstraram interesse pela construção de um Espaço Comum e de Fossa Bananeira modelo em um dos lotes. Até o momento apenas o Espaço Comum, um espaço de lazer para crianças e convivência para crianças e adultos foi construído. Apesar da Fossa de Bananeira ter interessado aos moradores, na apresentação da equipe de residentes no Seminário Interno II, foi questionado se essa solução para o esgotamento sanitário seria a mais adequada a realidade da Ocupação. Sendo assim, está

prevista discussão de outra alternativa, a fossa séptica de evapotranspiração, na etapa de trabalho que ocorrerá em 2019 para entender coletivamente qual solução terá melhores resultados na Ocupação.

### **a) Construção de Espaço de Lazer e Convivência**

A primeira atividade do Mão na Massa foi a Construção de Espaço de Lazer e Convivência, sendo a escolha por este espaço para direcionar os esforços da equipe às crianças, que apesar de não serem o foco das ações na comunidade se mostram um grande potencial no que tange ao interesse na participação e no interesse pelos temas.

A decisão sobre os materiais a serem usados levou em consideração as imagens levadas aos moradores no dia da Ação Educativa de Espaços Comuns que trazia estruturas parecidas, construídas com materiais que eles acessam facilmente, como *pallets* e pneus.

A marcação do dia do Mão na Massa levou em consideração a disponibilidade da liderança, dos moradores, da equipe e do tempo necessário para execução do que foi planejado. Marcou-se então no sábado, dia 29/09/2018, às 14h, contando que os moradores conseguiriam os materiais com antecedência e fariam a limpeza e pintura dos pneus um dia antes (Figura 36 a Figura 39).

Ocorreram diversos conflitos durante a semana com a relação à dificuldade que eles apresentaram para conseguir alguns materiais, a falta de iniciativa de alguns moradores, a centralização das ações e tomadas de decisão pela liderança e a indisponibilidade de moradores que possuem carro para os buscarem. Deixou-se claro desde o início que o programado não seria realizado caso não conseguissem os materiais e após várias idas e vindas, eles conseguiram e fizeram a limpeza e pintura dos pneus.

As crianças tiveram um papel fundamental no processo de construção do Espaço de Lazer, ajudaram os adultos no dia anterior a limpar e pintar os pneus e assim como no dia da Ação contribuíram no que tinham habilidade em diversas etapas, tais como: coleta de resíduos espalhados pela área, montagem dos pneus usados no espaço, e organização do material utilizado.

Como forma de registrar o momento a equipe convidou a fotógrafa Diana Reis, que se dispôs a colaborar com o processo. Além de fotografar a integração dela com as crianças foi de grande valia e resultou em ótimos registros realizados pelas crianças. Essas fotos estão previstas para serem entregues aos moradores na finalização das atividades da equipe este

ano por meio da RAU+E, após a realização de uma atividade de exposição e integração entre os moradores e a equipe.

Figura 36 - Separação de pneus para construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 37 - Crianças participando da construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 38 - Construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 39 - Finalização da construção Mão na Massa



Fonte: Crianças da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

### **5.1.7. Outras ações**

Para facilitar a comunicação com os moradores foi criado um grupo no aplicativo *whatsapp*, com finalidade inicialmente pensada para marcar e confirmar a realização de reuniões. Percebendo a interação que ocorria no grupo do aplicativo ao final das ações realizadas pela equipe e o interesse por compartilhar dados e informações relacionadas a elas, a equipe percebeu a potencialidade do aplicativo como forma de complementar e fomentar outras discussões por meio de textos, imagens e vídeos.

Como consequência, na semana que sequenciava as Ações Educativas foram enviados vídeos e fotos que se relacionavam com os temas abordados. A interação dos moradores no aplicativo começou a passar por outros temas que complementavam as discussões realizadas e organização das atribuições de cada morador para que as ações previstas ocorressem na Ocupação.

### **5.1.8. Questões relacionadas às crianças**

Nas primeiras ações realizadas na Ocupação, por meio de mutirões percebeu-se o quão participativas e dedicadas com as atividades são as crianças moradoras do local. Entretanto, nas atividades que ocorriam por meio de conversas e debates com os adultos, pode-se observar que as crianças ficavam ociosas, dessa forma dispersava os moradores presentes na reunião.

Em uma das ações educativas, foi percebido pelos residentes a necessidade de se criar um espaço para as crianças ficarem no período da reunião. Assim, foi montada na frente do Casarão uma lona e materiais de pintura, para que as crianças ficassem e pudessem desenhar e colorir (Figura 40).

As crianças não foram incluídas como agentes no processo de desenvolvimento do trabalho, por conta da disponibilidade de tempo da equipe de residentes que decidiu dar prioridade às demandas que focavam na garantia da autonomia dos adultos.

Figura 40 - Atividade para crianças realizada em frente ao Casarão



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No primeiro dia uma das residentes ficou responsável pelas crianças. Percebeu-se que a experiência deu certo, e os adultos foram informados sobre a importância de dar atenção para as crianças, e de se manter um espaço para que as mesmas pudessem socializar e se entreterem no período em os pais e responsáveis estivessem em reunião. Os moradores foram orientados a se organizarem e fazerem revezamentos para que seja frequente a montagem deste espaço para as crianças em todas as reuniões realizadas.

É neste sentido que se ressalta a importância de se realizar um projeto voltado para as crianças e que seja utilizado este mesmo espaço do Casarão, como espaço de lazer, esportes, cultura, e educação de forma lúdica, ideia esta que já é desejada e planejada pelos próprios moradores. Nesse sentido é de suma importância incluir as crianças no processo de concepção do projeto, no qual pode ser pensadas dinâmicas com desenhos, jogos, e contação de histórias que permitam elas imaginarem como seria um espaço desejável para ocorrer essas atividades.

### **5.1.9. Ações previstas**

Considerando o tempo estabelecido para finalização da especialização, algumas atividades programadas não foram realizadas. Estas serão retomadas após a defesa final dos integrantes e pretendem contemplar outra sessão de Cinema, com tema a ser definido. Uma oficina de artesanato para elaboração de molduras que os moradores poderão levar para casa com fotos, em conjunto com uma exposição de fotografias e outro Mão na Massa que atenderá a demanda dos moradores apresentada na Ação Educativa de Saneamento.

## **6. PROPOSIÇÕES RELATIVAS A TRABALHO E RENDA**

O presente projeto visa contemplar trabalhadores autônomos interessados em participar do espaço de formação a fim de potencializar as atividades desenvolvidas na Ocupação e como forma de administrarem melhor o seu próprio negócio. Estes são divididos em vendedores, pedreiros e ajudantes, costureiras, artesãos, motoristas, jardineiro e catador de resíduos recicláveis. Alguns deles exercem a função em ponto comercial dentro das suas casas a exemplo: bares, comércios gênero alimentícios e mercearias.

Propõe-se a utilização de metodologias participativas, com interesse de estimular a reflexão, criatividade e a compreensão sobre os temas trabalhados por meio de debates, conceitos, informações sistematizadas e orientações, incentivando para que cada participante presente possa expor seu ponto de vista, contribuir com seus conhecimentos prévios e experiências sobre o tema discutido. Neste sentido, os moradores devem aprender, multiplicar conhecimentos adquiridos e aplicar nos comércios e nas atividades autônomas que exercem na Ocupação.

Caso seja possível, incentivar que algumas atividades ocorram de maneira coletiva, visando a possibilidade de posteriormente se tornem cooperativas<sup>13</sup>. Dentre essas atividades estão: a possibilidade de vender os produtos produzidos nas hortas individuais e a valorização de resíduos sólidos e recicláveis como um bem econômico e de valor social, que pode gerar trabalho e renda para os moradores (PNRS, Lei nº 12.305/2010).

Vale lembrar que na ação educativa citada no item oficinas, referente a geração de trabalho e renda, foi iniciada discussão de modo breve com os moradores sobre a compreensão deles referente ao conceito de cooperativismo e princípios para criar uma cooperativa. Nesse sentido, ressalta-se a importância de retomar discussão sobre o conteúdo, enaltecer

---

<sup>13</sup>De acordo com Singer (2002), o surgimento das cooperativas coincide com o período da revolução industrial, e em resposta a este cenário o proletariado se organizava em sindicatos com reações defensivas contra a precarização do trabalho, desemprego, e contra os altos preços nos produtos de necessidades básicas. Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, independentemente de seu objeto.

a importância da criação de uma cooperativa, critérios, assim como perceber o interesse desses moradores sobre a mesma.

## 6.1. Data inicial e data final previstas

Quadro 1 - Data inicial e final prevista para execução da proposta

Início	04	março	2019
Final	03	novembro	2019

Dia                      Mês                      Ano

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

## 6.2. Descrição das atividades

As atividades previstas serão facilitadas por meio do Curso em Administração de Negócios, planejado para ocorrer em três meses, sendo um encontro semanal, com objetivo de que seja discutido um tema a cada encontro. Sendo estes temas subdivididos em cinco tópicos propostos.

- Perfil do comerciante
  - Possibilidade de identificar o tipo de comerciante podendo ser estes: conservador, empático ou inovador.
  - Como unir forças - pensar de forma coletiva.
  - Trabalhar questões de identidade e autonomia enquanto indivíduo.
  
- Planejar
  - Criatividade - desenvolver ações inovadoras na sua gestão
  - Planejamento para administrar recursos e tempo
  
- Investimento e Lucro
  - gestão financeira
  - controle de gastos no comércio - custos e despesas
  - formação de preço de venda



- como controlar fluxo de caixa
  
- Organizar
  - estoque - gestão para reduzir custos e despesas
  
- Gerir
  - como conquistar e manter clientes
  - atendimento ao cliente

### **6.3. Resultados Imediatos**

- Aprimorar a capacidade empreendedora
- Percepção sobre suas potencialidades
- Alcance de autonomia enquanto cidadão e empreendedor
- Acesso a renda mínima para prover de custos básicos

### **6.4. Meios de Verificação**

Aplicação de pesquisa de monitoramento para avaliação de resultados após aplicação dos conhecimentos da capacitação.

### **6.5. Executores/as**

Profissional de serviço social e de administração.

### **6.6. Colaboradores/as**

Equipe de especialistas em assistência técnica para habitação e direito à cidade, composta por 1 engenheira ambiental e sanitarista, 1 urbanista, 1 arquiteto e 1 profissional de comunicação.

## **6.7. Beneficiários diretos**

156 são o total de moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa entre 0 e 76 anos.

### **a) quantas mulheres?**

Setenta mulheres entre zero a setenta e seis anos.

### **b) quantos jovens?**

Vinte e cinco jovens, entre quatorze e vinte e um anos.

## **6.8. Monitoramento**

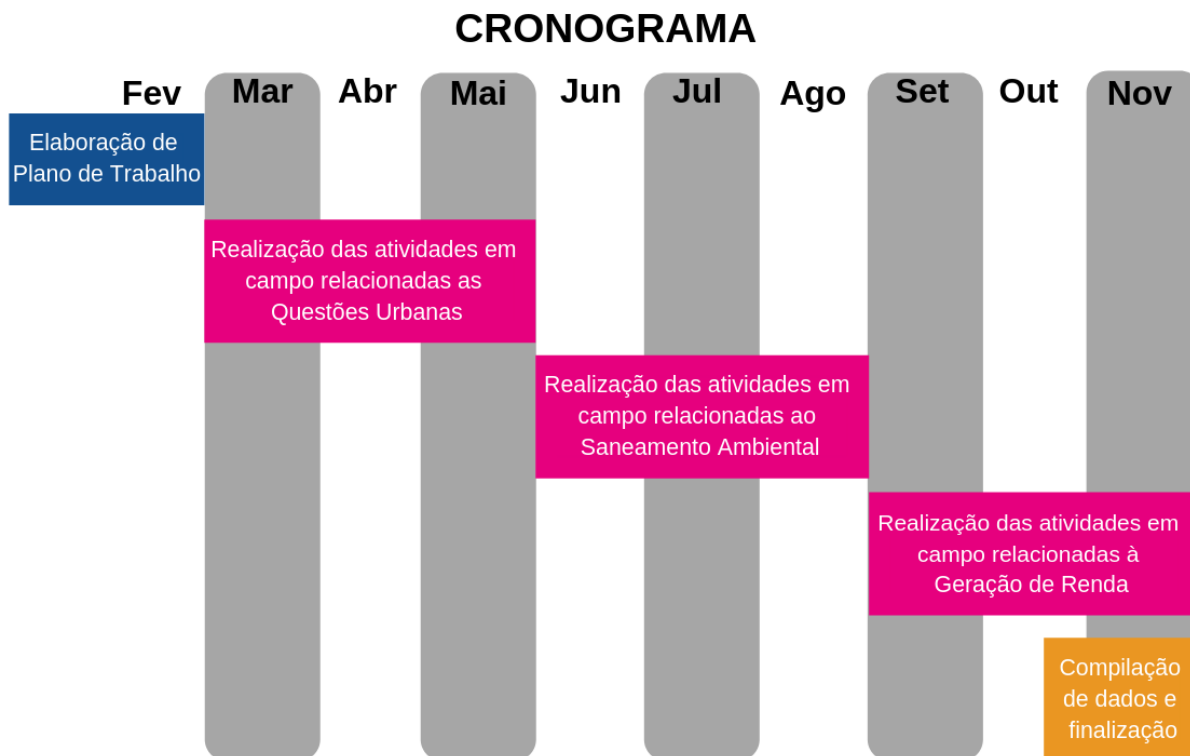
Acompanhar por meio de rodas de conversas semanais se os conteúdos discutidos no curso de formação estão sendo proveitosos a ponto de conseguirem identificar possibilidades de aplicabilidade em sua realidade. A partir das conversas revisar os conteúdos explanados, acompanhar mudanças ocorridas nos negócios e solicitar retorno sobre a importância do curso para a vida deles.

## **6.9. Avaliação**

Aplicar questionário com o intuito de mensurar se objetivos do trabalho realizado com os moradores por meio do curso de formação e encontros semanais foram alcançados. Esses questionários devem ser aplicados em três etapas, sendo essas no início, meio e final do projeto.

## 7. CRONOGRAMA/ORÇAMENTO

Figura 41 - Cronograma de atividades na Ocupação Guerreira Maria Felipa em 2019



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Quadro 2 - Quadro de equipe para desenvolvimento do projeto

<b>Formação/ Função</b>	<b>Experiência Exigida</b>	<b>Tempo Mínimo de Formação</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Tempo Trabalho (horas)</b>
Pedagogo	Elaboração de metodologias participativas, voltadas para Educação Não-Formal.	> 2 (dois) anos.	01	180
Assistente Social	Realização de assessoria técnica voltada para educação não-formal relacionadas a questões que geração de trabalho e renda envolvendo mobilização e participação comunitária.	> 2 (dois) anos.	01	180
Administrador	Realização de assessoria técnica voltada para geração de trabalho e renda envolvendo mobilização e participação comunitária.	> 2 (dois) anos.	01	180
Bacharel em Urbanismo	Realização de assessoria técnica para educação não-formal relacionadas à questões urbanísticas envolvendo metodologias participativas.	> 2 (dois) anos.	01	180
Engenheira Ambiental e Sanitarista	Realização de assessoria técnica voltada para educação não-formal relacionadas ao Saneamento Básico e Ambiental.	> 2 (dois) anos.	01	180
Designer	Profissional que tenha conhecimento nos softwares InDesign e Photoshop para realização de peças gráficas.	> 2 (dois) anos.	01	180
Estagiários	Estagiários das áreas de Serviço Social, Urbanismo e Engenharia Ambiental e Sanitária		3	180

## Referências

ALVES, Rubens. **O amor que acende a Lua**. 8ª Ed. Editora Papirus. São Paulo, 2003.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à Cidade, cidades para todas e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Bruno (Org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil**: Insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 2. p. 29-44. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529\\_a\\_nova\\_agenda\\_urbana\\_e\\_o\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ARAÚJO, D.; ROCHA, E.; GOMES, J.; STANZIOLA, L.; PESSOA, T.; Membros dos Guerreira Maria. **A Luta da Guerreira Maria pelo Direito à Cidade**. Artigo ainda não publicado, mas fornecido por membros que elaboraram a título de pesquisa. Página 1 – 15, Salvador, BA, 2017.

ARAÚJO, Heloísa Oliveira de; FERNANDES, Rosali Braga. Las políticas de la vivienda en Brasil. **Derecho A La Vivienda y A La Ciudad**, Madrid, n. 6, p.122-157, 2010.

BARRETO, Renée Buzahr Fontes. **Pós-Regularização Fundiária: Transformações no ambiente construído de ocupações informais tituladas, em Salvador-BA (2002-2010)** - Dissertação de Mestrado PPGAU, 2012

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.662 de 13 de março de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão e Código de ética Do/a Assistente Social**. 10. ed. Brasília: Cfess Conselho Federal de Serviço Social.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Publicada no DOU de 17.6.2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.888, de 24 de Dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda Assistência Técnica Pública e Gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Brasília, 24 de dezembro de 2008. Disponível:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm)>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Política habitacional e a integração de urbanização de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos.** Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2008. Disponível em: <[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)>. Acesso em: 9 mai. 2014.

Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de Favelas: a experiência do PAC.** Brasília, 2010. Disponível em: <[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)>. Acesso em: 9 mai. 2014.

CAMPOS FILHO, Candido Mal. **Reinvente seu Bairro: Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 224 p.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. **A construção das cidades: processos educativos em uma transformação urbana.** 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CONSCIENTE Coletivo (Série). Realização de Instituto Akatu, Canal Futura e A Hp do Brasil. 10 episódios. São Paulo, 2010. son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBuJHI-PTYc&list=PL66CCA3EE20459CF3>>. Acesso em: set. 2018.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS). **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: 20/04/2016.

ESPINHEIRA, Gey. **A cidade invisível e a cidade dissimulada.** In: Quem Faz Salvador?/ Paulo Costa Lima e Ana Maria de Carvalho Luz. Universidade Federal da Bahia, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. E-PUB.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 262 p.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A Vida na Cidade: Como estudar.** São Paulo: Perspectiva, 2018. 184 p.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal na pedagogia social.** In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo: 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 10/10/2018.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Limites do Habitar.** 2. ed. Salvador: Edufba, 2008. 496 p.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 3. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades).

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. **O Direito das Favelas.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 462 p.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** 3. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014.

MARTINS, Marcos Francisco. **Uma “catarsis” no conceito de cidadania:** do cidadão cliente à cidadania com valor ético-político. Campinas: PucCampinas, 2000. pp. 106-118. Revista de Ética, julho-dezembro de 200, v. 2, n. 2.

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos urbanos.** 2. ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. **Vizinhos do (in)conformismo:** O Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Assembleia Geral da ONU. Paris, 1948. Disponível em: <[https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/?gclid=Cj0KCQiA8\\_PfBRC3ARIsAOzJ2uqS\\_58B2Ts5pUYoqcZruxuRm5eW6dX\\_ySLIZgJ1ovrRDxz5ZYa0SzYaAmG5EALw\\_wcB](https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/?gclid=Cj0KCQiA8_PfBRC3ARIsAOzJ2uqS_58B2Ts5pUYoqcZruxuRm5eW6dX_ySLIZgJ1ovrRDxz5ZYa0SzYaAmG5EALw_wcB)>. Acesso em: 27 nov. 2

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leao. **VOZES DO BOLSA FAMÍLIA:** autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. **Lei nº 3.525/85: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB).** Prefeitura Municipal, Salvador, 1985.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. **Formas Urbanas:** cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. 2. ed. Salvador: Quarteto, 2015. 542 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014. E-PUB.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos (et. al.). **Atlas sobre o direito de morar em Salvador**. Salvador: Ufba, Escola de Administração, Ciags: Faculdade 2 de Julho, 2016. 196 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 120 p. (Coleção Milton Santos; 12).

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006 *apud* RANGEL, Helano Márcio Vieira; SILVA, Jacilene Vieira da. **O Direito Fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do Estatuto da Cidade**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p.57-78, jul./dez.2009. Disponível em : <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/77/132>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. 136 p. (Coleção Paradidáticos - Série sociedade, espaço e tempo). e-PUB.

REIS, Diana de Oliveira Souza. **Fotos Mão na Massa - Ocupação Guerreira Maria Felipa 29 de setembro de 2018**. Salvador, 2018.

TOSTA, Aline Oliveira. **A dimensão espacial do direito à cidade: acesso à equipamentos públicos e infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador (2009 - 2015)**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.